



UNIMES
MESTRADO PROFISSIONAL PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO
FUNDAMENTAL

JANAÍNA BEZERRA PEREIRA

AMBIENTE COOPERATIVO NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA BAIXADA SANTISTA –SP –
PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES

Santos
2023

JANAÍNA BEZERRA PEREIRA

**AMBIENTE COOPERATIVO NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA BAIXADA SANTISTA –SP –
PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Metropolitana de Santos, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elisete Gomes Natário

**Santos
2023**

P436a PEREIRA, Janaína Bezerra

Ambiente Cooperativo No 5º Ano Do Ensino Fundamental De Uma Escola Pública Da Baixada Santista –SP – Perspectivas E Possibilidades / Janaína Bezerra Pereira – Santos, 2023

124 f.

Orientadora: Profa. Elisete Gomes Natário
Dissertação (Mestrado Profissional), Universidade Metropolitana de Santos, Práticas Docentes do Ensino Fundamental, 2023.

1. Prática Docente. 2. Ensino Fundamental. 3. Ambiente Cooperativo. 4. Desenvolvimento Juízo Moral.

I. Título. Ambiente Cooperativo No 5º Ano Do Ensino Fundamental De Uma Escola Pública Da Baixada Santista –SP – Perspectivas E Possibilidades / Janaína Bezerra Pereira – Santos, 2023

CDD: 370

Vanessa Laurentina Maia
Crb8 71/97
Bibliotecária Unimes

COOPERATIVE ENVIRONMENT IN THE 5TH YEAR OF ELEMENTARY
EDUCATION AT A PUBLIC SCHOOL IN BAIXADA SANTISTA – SP –
PERSPECTIVES AND POSSIBILITIES

Keywords: • Sociomoral Environment
• Autonomy
• Interpersonal Relations

Titulação: Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental

Banca examinadora: Prof.^a Dr.^a Irene da Silva Coelho
Prof. Dr. Hélio Alves
Prof.^a Dr.^a Elisete Gomes Natário

Data da defesa: 14/12/2023

A Dissertação de Mestrado intitulada “Ambiente Cooperativo no 5º Ano do Ensino Fundamental de uma Escola Pública Da Baixada Santista –SP – Perspectivas e Possibilidades”, e elaborada por Janaína Bezerra Pereira, apresentada e aprovada em 14/12/2023.

Prof.^a Dr.^a Irene da Silva Coelho

Prof. Dr. Hélio Alves

Prof.^a Dr.^a Elisete Gomes Natário

Programa de Pós-Graduação da Universidade Metropolitana de Santos em Práticas Docentes no Ensino Fundamental

Área de concentração: Práticas Docentes no Ensino Fundamental

Linha de Pesquisa: Inclusão, Diversidade e Práticas Docentes no Ensino Fundamental

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, meu Pai por me proporcionar condições para realizar mais um sonho.

Agradeço a minha família por me incentivar a ir além.

Ao meu pai Evaldo que generosamente patrocinou meu mestrado, minha mãe Eudilene que me inspira com sua força, a minha irmã Jackeline por me mostrar o quanto as escolhas, a educação e as experiências contribuem para o desenvolvimento do ser humano, meu irmão Diego que é o meu mentor, mesmo “chatinho” como irmão mais novo, desde cedo demonstrava ter uma maturidade a qual eu admirava, apreciava seus conselhos e sonhos. Meu irmão contribui e me inspira em todas as áreas da minha vida.

Agradeço a minha amiga Viviane que embarcou comigo nessa jornada a qual compartilhamos muitos momentos de estudos.

Agradeço meu amigo Bruno, o qual carinhosamente chamo de meu presente do mestrado, foram tantas chamadas de vídeos, ensaios para apresentações dos seminários e conselhos.

Agradeço a secretária da universidade Magda a qual foi a primeira pessoa que tive contato, sempre muito gentil e prestativa.

Agradeço a cada professor doutor desta universidade que tive a oportunidade de participar das aulas e seminários, todos contribuíram para o meu desenvolvimento, sou fã de cada um de vocês.

Agradeço à Professora Doutora Elisete Gomes Natário a qual estive comigo o período inteiro dessa jornada, a senhora é o meu exemplo de professora acolhedora, amorosa e competente.

Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não têm alicerces. Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais. Sonhe, trace metas, estabeleça prioridades e corra riscos para executar seus sonhos. Melhor é errar por tentar do que errar por se omitir. (Augusto Cury, 2018, p. 11).

PEREIRA, Janaína Bezerra. **Ambiente Cooperativo No 5º Ano Do Ensino Fundamental De Uma Escola Pública Da Baixada Santista –SP** – Perspectivas e Possibilidades. 2023. 120 fls. Dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos, 2023.

RESUMO

Esta pesquisa investiga o ambiente cooperativo no 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública da Baixada Santista - SP, cujo objetivo é discutir quais práticas pedagógicas do professor do 5º ano do Ensino Fundamental favorecem um ambiente cooperativo em sala de aula. Neste estudo abordamos o ambiente cooperativo, jogos cooperativos, juízo moral e assembleia de classe. Participaram de uma entrevista semiestruturada nove professores do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública da Baixada Santista – SP que responderam, individualmente, uma entrevista semiestruturada na própria instituição de ensino. Os resultados foram que as práticas docentes que contribuem para o ambiente cooperativo em aula são as que permitem que os estudantes se ajudem nas atividades e as que trabalham em grupo temas essenciais para a vida – empatia, cooperação, respeito - por meio de vídeos, textos e rodas de conversa. As atividades citadas que dificultam o ambiente cooperativo são as de competição por causarem conflitos e a veiculação de mensagens no *WhatsApp* de ocorrências fora de sala de aula. As sugestões trazidas para o desenvolvimento de um ambiente cooperativo em sala de aula focaram no diálogo em sala de aula e nos trabalhos em grupo. O produto educacional foi uma sequência didática sobre jogos cooperativos destinada aos professores do ensino fundamental, cujo objetivo é levar os educadores a refletirem e elaborarem aulas que estimulem os educandos à cooperação na sala de aula.

Palavras-chave: prática docente; ambiente cooperativo; desenvolvimento juízo moral; ensino fundamental.

ABSTRACT

This research investigates the cooperative environment in the 5th year of Elementary School at a public school in Baixada Santista - SP, whose objective is to discuss which pedagogical practices of the 5th year of Elementary School teacher favor a cooperative environment in the classroom. In this study we address the cooperative environment, cooperative games, moral judgment and class assembly. Nine teachers from the 5th year of elementary school at a public school in Baixada Santista – SP participated in a semi-structured interview, who responded, individually, to a semi-structured interview at the educational institution itself. The results were that the teaching practices that contribute to the cooperative environment in class are those that allow students to help each other in activities and those that work in groups on essential topics for life - empathy, cooperation, respect - through videos, texts and conversation circles. The activities mentioned that make the cooperative environment difficult are competition because they cause conflicts and the dissemination of messages on WhatsApp about incidents outside the classroom. The suggestions made for developing a cooperative environment in the classroom focused on classroom dialogue and group work. The educational product constructed was a didactic sequence on cooperative games aimed at elementary school teachers, whose objective is to lead educators to reflect and develop classes that encourage students to cooperate in the classroom.

Keywords: teaching practice; cooperative environment; development moral judgment; elementary School.

LISTA DE SIGLAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAAE – Certificado de Apreciação e Aceite Ético

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

HTPC – Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PPP – Projeto ou Plano Político Pedagógico

SP - São Paulo

TAI - Termo de Anuência Institucional

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vídeo “A colher do cabo grande”.....	96
Figura 2 - Alguns estão em posições privilegiadas.....	97
Figura 3 - Organização de sala de aula.....	99
Figura 4 - Juntos em direção ao mesmo propósito.....	101
Figura 5 - A importância de uma boa comunicação.....	102
Figura 6 - Relação de confiança e respeito.....	104
Figura 7 - Produção textual	106
Figura 8 - Cooperando em prol de um ambiente cooperativo.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplo de pauta para a realização da assembleia de classe.....	50
Quadro 2 - Resposta dos docentes em relação às atividades práticas que conseguem desenvolver com os seus estudantes.....	59
Quadro 3 - Como os docentes costumam resolver os problemas de conflito em sala de aula.....	63
Quadro 4 - Atividades práticas que dificultam o ambiente cooperativo em sala de aula, segundo os professores.....	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	JUSTIFICATIVA	14
1.2	PROBLEMA	15
1.3	OBJETIVOS	15
1.3.1	OBJETIVO GERAL	15
1.3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1	AMBIENTE COOPERATIVO	16
2.2	O ambiente cooperativo na sala de aula	19
2.3	JOGOS COOPERATIVOS	21
2.4	DESENVOLVIMENTO DO JUÍZO MORAL	24
2.5	ASSEMBLEIA DE CLASSE	29
2.6	Construção da assembleia de classe	39
3	PERCURSO METODOLÓGICO	46
3.1	DELINEAMENTO	46
3.2	ÁREA DE REALIZAÇÃO	47
3.3	PARTICIPANTES	48
3.4	INSTRUMENTO	48
3.5	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	48
3.6	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	49
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
6	PRODUTO	95
	REFERÊNCIAS	113
	APÊNDICE – ROTEIRO DA ENTREVISTA	119
	ANEXO A - TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL	120
	ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	121

1 INTRODUÇÃO

Concluí a licenciatura em pedagogia em 2006, nos três anos de faculdade trabalhei na APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais lugar que me fez apaixonar pela educação especial, foi por meio dessa instituição que percebi a importância de um ambiente cooperativo para o desenvolvimento dos educandos. Em 2007 iniciei como professora do ensino fundamental na escola do estado e no ano seguinte ingressei como funcionária pública no município de Praia Grande onde atuo até o momento.

Percebi que não podia ficar muito tempo longe dos estudos, entendi que a licenciatura é apenas o início de uma jornada de estudos, pois o professor não sai da faculdade pronto. O professor vai se construindo ao longo das suas experiências, reflexões e capacitações, por isso, em 2012 iniciei o curso de Pós-Graduação Latu Sensu, em Educação Especial: Deficiência Intelectual. A experiência profissional na APAE mais o conhecimento teórico ampliaram meu conhecimento me oportunizando com práticas mais diversas para eu desenvolver com os meus educandos. Com o intuito de ampliar minha área profissional em 2014 concluí o curso de Pós-Graduação Latu Sensu, em Gestão Escolar. O curso me possibilitou compreender o quanto é complexo gerir uma equipe. Nos anos de 2014, 2015 e 2017 realizei cursos de Alfabetização Matemática e em Língua Portuguesa oferecidos pelo programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. Sabendo que a sala de aula é um desafio constante, que eu não tenho resposta para todas as minhas inquietações e entendendo a responsabilidade que é ser professor num país em que a educação não é valorizada, resolvi fazer o Mestrado Profissional em Práticas Docentes na UNIMES, com o intuito de ter mais conhecimento para saber lidar melhor com a diversidade em sala de aula.

Nesses dezesseis anos de profissão lecionei em todos os anos do ensino fundamental anos iniciais em várias escolas, pude observar que todas as unidades escolares, por mais diferentes que sejam, os estudantes têm suas semelhanças, entre elas: agressividade, falta de limite, *bullying*, afeto, carinho e solidariedade.

Observando essas características sempre trabalhei para minimizar as situações negativas e potencializar as positivas, sendo assim explorei os momentos negativos para trabalhar a importância dos valores, fazendo com que os estudantes enxergassem o ponto de vista do outro, com o intuito de perceberem o sentimento que causaram e analisar se a situação foi maléfica ou benéfica, além disso, prezo por um ambiente tranquilo, harmonioso e cooperativo, por isso, acredito que o tema ambiente cooperativo vem contribuir com os meus conhecimentos para que eu possa trabalhar de forma mais consciente essas características que julgo serem importantes para a sala de aula.

1.1 JUSTIFICATIVA

Dentro da minha prática docente em um dos municípios da Baixada Santista no ensino fundamental presenciei comportamentos de estudantes que retratavam o quanto a ansiedade, a violência, o individualismo e a intolerância estavam presentes em suas vidas, por isso, julgo a importância de trabalharmos o tema, ambiente cooperativo nas escolas.

O tema ambiente cooperativo o qual nos possibilita abordar o juízo moral e a importância da empatia. A escola é um ambiente que forma cidadãos, que o nosso povo sofre com tantos problemas que poderiam ser consideravelmente minimizados com atitudes de solidariedade, ética e empatia. De acordo com Piaget (1932/1994), o juízo moral é desenvolvido ao longo da infância e da adolescência, ou seja, não é inato, deve ser desenvolvido e para isso há a importância de oportunizar a convivência em grupos. Podemos encontrar no dicionário a definição de empatia que é se colocar no lugar do outro. Segundo Camino; Camino e Leyens (1996), é essencial a sua estimulação e conforme a criança se desenvolve esse sentimento aumenta.

O ambiente cooperativo contribui não só para o ambiente escolar, mas para toda uma vida fora dos muros escolares, pois para uma vida em sociedade saudável exige que saibamos trabalhar em grupo, diferenciar o que é certo e

errado para a cultura a qual estamos inseridas, tomar decisões que sejam relevantes para toda a sociedade e nos colocarmos no lugar do outro.

1.2 PROBLEMA

De que forma os professores do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública da Baixada Santista – SP possibilitam ou não um ambiente cooperativo em sala de aula?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Discutir quais práticas pedagógicas do professor do 5º ano do Ensino Fundamental favorecem um ambiente cooperativo em sala de aula.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir como o professor pode contribuir para um ambiente cooperativo;
- Identificar quais práticas docentes contribuem para o ambiente cooperativo em sala de aula;
- Identificar quais práticas docentes dificultam o ambiente cooperativo em sala de aula;
- Elaborar um produto educacional que favoreça a construção e manutenção de um ambiente cooperativo em sala de aula no ensino fundamental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AMBIENTE COOPERATIVO

Segundo Araújo (2001), ambiente escolar cooperativo é onde a opressão do adulto é reduzida ao máximo, o respeito é mútuo, ambiente democrático, cooperativo, lugar que favorece a reciprocidade, onde há a oportunidade de fazer escolhas, de tomar decisões e de se expressar livremente.

La Taille (1992) afirma que a cooperação é o tipo de relação que representa o mais alto nível de socialização. E é também o tipo de relação interindividual que promove o desenvolvimento, assim constatamos que o ambiente cooperativo proporciona o desenvolvimento cognitivo e social, logo quando a criança está num local em que a sua opinião é válida, é estimulada a pensar no grupo e desse modo um coopera com o outro. Diante dessas características podemos perceber que quanto mais a criança se preocupa com o coletivo, mais ela se afasta do egocentrismo. Para corroborar com essa afirmação Piaget (1932/1994) afirma que somente com a cooperação, o desenvolvimento intelectual e moral pode ocorrer, pois ele exige que os sujeitos se descentalizem para poder compreender o ponto de vista alheio.

Na obra “Ecrits Sociologiques”, Piaget (1978) define a cooperação como “toda relação entre dois ou n indivíduos iguais ou que se acreditem como tais. Dito de outra forma, toda relação social na qual não intervém qualquer elemento de autoridade ou de prestígio”. Para o autor, as relações de cooperação acontecem quando o egocentrismo é deixado de lado e a convivência com as crianças da mesma faixa etária iguais e tratam uns aos outros como tais. Isso possibilita a troca de experiências cognitivas e sociais.

Como ressalta Araújo, a cooperação possibilita o desenvolvimento humano social e psicológico.

De toda essa discussão depreende-se a importância que pode ser atribuída à cooperação, como processo e como procedimento, para o desenvolvimento infantil. O desenvolvimento da consciência lógica e moral

é fruto de condições psicossociais presentes na interação do indivíduo com a sociedade e o mundo. Ao confrontar o sujeito com terceiros, a cooperação funciona como elemento catalisador dos processos de tomada de consciência e permite ao indivíduo normatizar a razão e os equilíbrios funcionais da atividade mental (Araújo, 2001, p. 3).

O ambiente cooperativo deve ser vivenciado diariamente, promovendo a interação entre educador e educandos entre os educandos e seus pares. O professor deve enxergá-lo como um aliado ao ensino e aprendizagem.

Num ambiente cooperativo existe a comunicação, a participação, o sujeito ativo, um contribui para o aprendizado do outro e todos aprendem juntos. Freire (1977) destaca:

A comunicação é a relação que se efetiva pela co-participação dos sujeitos no ato de conhecer. Considera-se que o ato educativo é uma forma particular de comunicação. Nas relações sociais entre os sujeitos da aprendizagem, dá-se uma síntese dialética, como momentos de um processo comunicativo e educativo, num contexto socioculturalmente dado, cuja compreensão requer considerar sua natureza intersubjetiva, ou seja, a participação ativa dos sujeitos do processo. Desse modo, reitera-se que os indivíduos participem das interações sociais como sujeitos ativos, e não meros objetos, nem meros depositários, nem reprodutores passivos (Freire, 1977, p. 69).

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017) estabeleceu 10 competências e as competências 9 e 10 trata-se de uma educação que possibilita vivências de respeito mútuo, observe:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza [...]. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2017).

A BNCC busca desenvolver competências que vão além do conhecimento técnico, incluindo habilidades socioemocionais e valores que são essenciais para o desenvolvimento humano e para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o bem-estar coletivo. Freire (1996, p. 27) enfatiza que: “O respeito à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.

A educação promove o desenvolvimento do educando, desenvolvimento esse que irá interferir no seu jeito de agir em todas as esferas da sua vida, assim a educação contribui para uma sociedade mais organizada.

A educação para além da sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade (...) as funções da educação somente podem ser explicadas partindo da análise objetiva das relações sociais vigentes, das formas econômicas, dos interesses em jogo. Com base nesse entendimento, a prática educativa é sempre a expressão de uma determinada forma de organização das relações sociais na sociedade (Libâneo, 1998, p. 71).

A sala de aula é o ambiente que oportuniza os educandos a se desenvolverem para a vida em sociedade. Freinet (1996) diz que é na escola que as crianças podem se expressar, ser ouvidas e através da vida cooperativa aprendem a democracia.

Piaget (2003, p. 24) afirma que “é a relação da criança com o mundo físico e social que promove seu desenvolvimento cognitivo, construindo e reconstruindo suas hipóteses”. Trabalhando um ambiente cooperativo promovemos um ambiente de paz, respeito, troca de experiência, ampliaremos seus conhecimentos, ou seja, contemplaremos aspectos essenciais para a vida em sociedade.

2.2 O ambiente cooperativo na sala de aula

A aprendizagem cooperativa é um método de ensino que envolve a colaboração entre os estudantes, onde cada membro do grupo contribui com suas habilidades e conhecimentos para alcançar um objetivo comum.

Na aprendizagem cooperativa o que vale é um ajudar o outro, é ter responsabilidade em executar suas tarefas, pois sabe que a sua parte é essencial para o outro prosseguir com o trabalho e que somente com as tarefas concluídas chegam ao objetivo. Slavin (1995, p.3) diz que "A aprendizagem cooperativa envolve a colaboração entre os alunos, a divisão de responsabilidades e o trabalho em grupo para alcançar objetivos comuns".

Os autores contribuem dizendo que aprendizagem cooperativa é "mais do que estar perto dos colegas a discutir a matéria com os outros, ajudarem-se, ou partilharem os materiais, embora cada uma destas situações seja importante na aprendizagem cooperativa" (Lopes; Silva, 2008, p. 14).

Para Sanches (2005, p. 134), "o trabalho cooperativo, da competição passa-se à cooperação, privilegiando o incentivo do grupo em vez do incentivo individual, aumenta-se o desempenho escolar, a interação dos alunos e as competências sociais".

Os estudantes sentem-se motivados pois se enxergam como parte importante e essencial para o grupo, sendo assim há uma união do grupo, onde um incentiva o outro para todos alcançarem o objetivo.

Trabalhar em grupo permite a interação e a troca de informações fazendo com que aprendam tanto quem explica quanto quem ouve a explicação. "Na aprendizagem cooperativa, os alunos aprendem não só com o professor, mas também uns com os outros, o que pode levar ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a empatia, a comunicação e a resolução de conflitos" (Slavin, 1995, p.56).

A nossa ação pedagógica pode contribuir para a transformação que queremos dos nossos educandos. Freire (1996) nos diz que:

Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do "status quo" porque o dominante o decreta. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica (Freire, 2002, p. 43).

A aprendizagem cooperativa por equipes promove uma sensação de responsabilidade compartilhada pelo sucesso do grupo. Os estudantes são encorajados a trabalhar juntos para alcançar objetivos de aprendizagem comuns, o que pode aumentar sua motivação e comprometimento com o processo de aprendizagem. Portanto, a aprendizagem cooperativa por equipes pode ser eficaz em promover a motivação dos estudantes, uma vez que a equipe pode estabelecer objetivos comuns e se apoiar mutuamente para alcançá-los. A interação social positiva e a responsabilidade compartilhada podem ser poderosas fontes de motivação para os estudantes, resultando em um ambiente de aprendizagem mais engajado e participativo. Eles se tornam responsáveis não apenas pelo próprio aprendizado, mas também pelo aprendizado de seus colegas. Slavin (1995, p.102) diz que "A aprendizagem cooperativa por equipes pode ser eficaz em promover a motivação dos alunos, uma vez que a equipe pode estabelecer objetivos comuns e se apoiar mutuamente para alcançá-los".

Slavin (1995) afirma que a aprendizagem cooperativa é uma abordagem que incentiva a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem. Ele defende que essa abordagem é especialmente útil para estudantes com dificuldades de aprendizagem, pois ajuda a criar um ambiente de apoio mútuo e solidariedade.

Johnson, Johnson e Holubec (1994) defendem que a aprendizagem cooperativa é um método que ajuda os estudantes a desenvolver habilidades sociais e emocionais, além de promover a aprendizagem acadêmica. Eles argumentam que, por meio da colaboração, os estudantes podem construir conhecimento de forma mais eficaz e reter informações por mais tempo. Argumentam que a aprendizagem cooperativa é uma abordagem que incentiva a construção de relacionamentos positivos entre os estudantes. Eles defendem que a interação social e a colaboração ajudam a criar um ambiente de aprendizagem positivo, onde os estudantes se sentem mais seguros e motivados a participar ativamente. "A aprendizagem cooperativa é o uso instrucional de pequenos grupos para que os alunos trabalhem juntos para maximizar a sua própria aprendizagem e a dos outros" (p. 2).

A aprendizagem cooperativa e os jogos cooperativos são abordagens educacionais que podem ser valiosas na promoção da empatia entre os estudantes. Essas abordagens se concentram na colaboração e na interação social positiva, o que pode ajudar os estudantes a desenvolver importantes habilidades sociais e emocionais, como a empatia, por isso, a seguir abordaremos os jogos cooperativos com o intuito de termos mais uma estratégia para desenvolvermos essas habilidades essenciais para um ambiente cooperativo.

2.3 JOGOS COOPERATIVOS

A importância do jogo cooperativo como recurso pedagógico para promover a cooperação, o diálogo, a ajuda mútua e a solidariedade entre os participantes tem sido reconhecida na literatura há algum tempo (Brotto, 1999, 20011; Soller, 2005). Os jogos são uma alternativa aos jogos competitivos, pois não têm como objetivo vencer um adversário, mas sim alcançar um objetivo em comum.

Brotto (1999) enfatiza que os jogos cooperativos são um meio efetivo de promover a inclusão e a diversidade, já que todos os participantes têm um papel igualmente importante na realização do objetivo do jogo. Ele destaca também que

os jogos cooperativos são uma forma lúdica de desenvolver habilidades socioemocionais, como a empatia, a resolução de conflitos e a liderança.

Os jogos cooperativos são jogos onde o estudante joga um com o outro, e não contra o outro. Para Brotto (1999), jogos cooperativos são para superar os desafios e não para que o outro perca, joga-se por prazer.

Os Jogos Cooperativos têm por objetivo despertar a consciência de cooperação, promovendo assim, a cooperação entre as pessoas e destaca-se a satisfação em jogar, o prazer, a diversão, ajudar o outro para concluir a prova, ou seja, a empatia faz parte do jogo. Não há exclusão, pois não prioriza a habilidade física. É um jogo que todos cabem no pódio e o troféu são os valores que você aprende com os parceiros.

Despertando e desenvolvendo os talentos, vocações, dons e tons pessoais, como peças singulares, importantes e fundamentais ao grande jogo de coexistência. Através do jogo cooperativo a sinergia entre auto-estima e relacionamento interpessoal é sintetizada e ganha proporções extraordinariamente educativas e transformadoras (Brotto, 2001, p. 13-14).

Jogos cooperativos proporcionam que o estudante realize atividades sociais, o que contribuirá para a vida em sociedade, pois terá mais facilidade para trabalhar em grupo.

Brotto (2000, p. 63) afirma que com “Jogos cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar”. Nesse trecho, o autor declara a essência dos jogos cooperativos que é cooperar com o próximo, ajudar quem está à sua volta, enxergar o outro como parceiro e não como rival. O ideal é que esse aprendizado não se resuma ao ambiente escolar e sim que nossos estudantes perpetuem isso ao longo da vida, para a vida.

Brotto (1999, p. 124) propõe em seu estudo, “[...] o desenvolvimento de uma Pedagogia do Jogo e do Esporte, apoiada em estruturas socioeducacionais de cooperação e solidariedade.”

Jogos cooperativos vieram para mudar o conceito de jogos, a ideia é criar uma cultura de cooperação e empatia. Moraes (2008, p. 18) contribui dizendo: “[...] os jogos cooperativos foram pensados como instrumentos de ludicidade, capazes de intervir no modelo capitalista de competição e promover uma revisão de valores e condutas na direção da cooperação.”

Os Jogos Cooperativos surgiram da preocupação com a excessiva valorização dada ao individualismo e à competição exacerbada, na sociedade moderna, mais especificamente, pela cultura ocidental. Considerada como um valor natural e normal da sociedade humana, a competição tem sido adotada em praticamente todos os setores da vida social (Brotto, 1999, p. 75).

Para Soler (2005, p. 48), o jogo cooperativo contribui para a vida. “[...] sem medo de errar, que quanto maior for a parte da vida de uma criança envolvida com Jogos Cooperativos, mais ela aceitará a cooperação, e mais ainda estará disposta a cooperar tanto no jogo da escola quanto no grande jogo da vida”.

Almeida (2011, p. 37) salienta que “[...] as regras não são o mais importante, o que importa de fato é o relacionamento, a criação coletiva e a integração entre os membros do jogo. As regras existem para ajudar o processo e não para provocar conflitos ou atitudes competitivas”.

Jogos cooperativos vieram para resgatar valores que devido à competição desenfreada foi deixada de lado. A cooperação, a interação, a solidariedade, a socialização, pensar no coletivo, o respeito, a empatia são valores importantes para serem trabalhados com os estudantes e que esses ensinamentos possam construir um ambiente cooperativo e empático para o educando e futuramente cidadão. Brotto (1999, p. 67) expressa: “Quando conseguimos nos descontrair e ficar mais flexíveis nas nossas interações [...] expressamos livremente o poder que existe dentro de nós e compartilhamos qualidades-habilidades humanas essenciais” em outro trecho ele complementa dizendo: “Os jogos cooperativos são uma estratégia pedagógica que visa a promoção de valores humanos fundamentais, como a cooperação, a solidariedade, o respeito mútuo, a ajuda e o diálogo” (Brotto, 2008, p. 12).

Com o intuito de trabalharmos os jogos cooperativos proporcionando um ambiente cooperativo que promova o desenvolvimento dos estudantes, precisamos compreender os estágios de desenvolvimento dos mesmos e para isso, no próximo texto utilizaremos o estudo de Piaget para explicar as etapas do juízo moral da criança.

2.4 DESENVOLVIMENTO DO JUÍZO MORAL

A palavra juízo tem origem em Latim *judicium* “ação de julgar, ofício de juiz”, de *jus*, “lei, regra, direito”. Moral tem sua origem no latim, que vem de “*mores*”, significando costumes. Moral é um conjunto de normas que regulam o comportamento do homem em sociedade, e estas normas são adquiridas pela educação, pela tradição e pelo cotidiano.

A moral é constituída basicamente, por um conjunto de valores, normas e princípio que prescrevem o que se deve fazer a conduta em situações nas quais estabelecemos relações com os demais e regula os intercâmbios básicos entre os indivíduos nos aspectos que se relacionam com o bem estar dos outros, com a sua liberdade e com a justiça (Delval, 1998, p. 7).

Relata Piaget (1932 / 1994, p.23) que “toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras.”

Vinha (2000) fez um breve resumo dos estudos de Piaget:

Os estudos realizados por Piaget demonstram a existência de um processo de construção da moralidade, em “estágios” universais e organizados hierarquicamente. Na realidade não são estágios de desenvolvimento moral, mas sim, atitudes dominantes que foram encontradas em determinadas idades. Piaget considera serem três os “estágios” de juízo moral nas crianças: a pré-moralidade, em que o indivíduo carece de todo o sentimento de obrigação para com as regras sociais; a heteronomia ou o realismo moral, em que há uma relação de submissão ao poder, ou seja, o certo é obedecer às ordens da pessoa que detém a autoridade; e, por último, a autonomia moral, que é caracterizada por um novo sentido dado às normas, á que o sentimento de aceitação ou de obrigação

para com estas normas está fundamentado nas relações de trocas mútuas e de reciprocidade (Vinha, 2000, p. 53).

Piaget (1932 / 1994) dividiu em três etapas o desenvolvimento do juízo moral da criança, a primeira é a anomia. O prefixo A significa ausência e o radical nomia no grego significa regras, daí o nome anomia que quer dizer ausência de regras.

A anomia primeiro estágio se refere às crianças de, aproximadamente, zero a quatro anos, essas não demonstram interesse em participar de atividades coletivas, mas sim por objetos e de sanar sua vontade por movimentos motores. Nessa fase as crianças agem por instinto e ainda não têm consciência. Piaget (1932/1994, p. 51) explica que: “[...] na consciência da regra enquanto estrutura formal, essas diferenciações são inexistentes do ponto de vista do próprio indivíduo. [...]”.

Piaget mostra que a criança nasce na anomia, isto é, há uma ausência total de regras. O bebê não sabe o que deve ou não ser feito, muito menos as regras da sociedade em que vive. Mais tarde, a criança começa a perceber a si mesma e aos outros, percebe também que há coisas que podem ou não ser feitas [...] (Vinha; Tognetta, 2009, p. 4).

A segunda etapa é a heteronomia, que significa sujeito sem autonomia que é governado por outrem. A criança se interessa por jogos coletivos, tem, aproximadamente, de quatro a dez, onze anos e ainda não entendeu as regras, mas imita, obedece por coação e por respeito unilateral.

O ambiente em que a criança está inserida influencia no seu desenvolvimento e, se ela é submetida à coação e respeito unilateral no seu processo de desenvolvimento ela terá dificuldade na construção da autonomia moral, pois a mesma não se dá sem compreensão.

Na heteronímia, a criança já sabe que há coisas certas e erradas, mas são os adultos que as definem, isto é, as regras emanam dos mais velhos. Ela é naturalmente governada pelos outros e considera que o certo é obedecer às ordens das pessoas que são autoridade (os pais, professor ou outro adulto qualquer que respeite). A criança pequena ainda não compreende o sentido das regras, mas as obedece porque respeita a fonte delas (os pais e as pessoas significativas para ela). Além do amor que a leva a querer obedecer às ordens, a criança teme a própria autoridade em si, teme ainda a perda do afeto, da proteção, da confiança das pessoas que

a amam. Há também o medo do castigo, da censura e de perder o cuidado. Nessa fase o controle é essencialmente externo (Vinha; Tognetta, 2009, p. 4).

A terceira etapa é a autonomia, a qual a criança compreende a importância das regras pelo princípio das mesmas, já consegue legislar e modificá-las sem perder de vista o individual e o coletivo. Piaget (1994, p. 23) afirma que “toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. Ocorre, aproximadamente, a partir dos 11 anos de idade.

Na autonomia é preciso coordenar os diferentes fatores relevantes para decidir agir da melhor maneira para todos os envolvidos, levando em consideração ao tomar decisões o princípio da equidade, ou seja, as diferenças, os direitos, os sentimentos, as perspectivas de si e as dos outros. O indivíduo que é autônomo segue regras morais que emergem dos sentimentos internos que o obrigam a considerar os outros além de si, havendo a reciprocidade. Desta forma, a fonte das regras não está mais nos outros, na comunidade ou em uma autoridade (como na moral heterônoma), mas no próprio indivíduo (autorregulação) (Vinha; Tognetta, 2009, p. 4-5).

E como a escola pode contribuir para um educando autônomo? Segundo Montoya (2004) é por meio das experiências morais, o educando precisa estar num ambiente que o estimula e para isso, não é uma disciplina que contribuirá para um ser autônomo, mas sim todo o sistema.

[...] a melhor forma das instituições educacionais contribuir na formação de indivíduos autônomos é pela educação moral ativa, isto é, pelo favorecimento de experiências morais não apenas de coação – que são inevitáveis nas práticas morais autoritárias -, mas também, e, sobretudo, de cooperação. É necessário que, para os participantes da escola ativa, a educação moral não constitua uma matéria especial de ensino, mas um aspecto particular da totalidade do sistema (Montoya, 2004, p. 177).

Há duas formas distintas de respeito: o respeito unilateral, que decorre da coação moral e leva ao sentimento do dever, e o respeito mútuo, que resulta das relações de cooperação e leva ao sentimento do bem.

A heteronomia moral se baseia na obediência às regras impostas por uma autoridade externa, como pais, professores ou figuras de autoridade. Nesse caso, o

respeito é unilateral, ou seja, o indivíduo é obrigado a respeitar a autoridade sem necessariamente compartilhar dos mesmos valores e ideais. Esse tipo de respeito pode levar ao sentimento de dever, mas não necessariamente ao desenvolvimento de uma consciência.

Por outro lado, a autonomia moral se baseia no respeito mútuo e na cooperação entre os indivíduos. Nesse caso, o respeito é uma via de mão dupla, ou seja, as pessoas se respeitam mutuamente e compartilham de valores e ideais em comum. O sentimento de bem que surge a partir desse tipo de respeito é mais interiorizado na consciência e está ligado à reciprocidade e à construção de relações baseadas na confiança e no diálogo.

Essa ideia de autonomia moral está relacionada aos conceitos de ética e moralidade, que envolvem a capacidade de refletir sobre os próprios valores e ações, e tomar decisões autônomas com base em princípios éticos e democráticos. Dessa forma, a construção de um ambiente cooperativo, baseado no respeito mútuo e na autonomia moral, pode favorecer o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a empatia, a comunicação, a resolução de conflitos e a cooperação, que são essenciais para a formação de indivíduos críticos, autônomos e responsáveis. Os autores Montoya (2004) e La Taille (1992) contribuem dizendo que:

Esses dois tipos de respeito ilustram a existência de duas morais: a que decorre das relações de coação moral e do respeito unilateral, levando ao sentimento do dever: heteronomia moral; e a autonomia moral, resultante do respeito mútuo e das relações de (co)operação, assinalando-se por um sentimento diferente, o sentimento do bem, mais interior à consciência, cujo ideal de reciprocidade tende a tornar-se inteiramente autônomo (Montoya, 2004, p. 98).

Pensando que a moral da heteronomia advém das normas e de proibições e a moral autônoma da cooperação, conclui-se que o ambiente em que a criança está inserida interfere diretamente no seu desenvolvimento moral. Por isso, que a escola é um ambiente que deve estimular seu desenvolvimento, trabalhos que promovam o ambiente cooperativo, estimula o estudante a obter valores como a empatia que são importantes para descentralizar-se e assim ter comportamentos

que sejam bons para o grupo. Segundo Fantim e Costa (2001, p. 15) “É importante criar laços de solidariedade entre os alunos, fazer com que eles preocupem-se com o bem estar dos colegas e participem de certa forma, de sua vida a fim de aprenderem a viver socialmente”.

A cooperação está intimamente ligada ao desenvolvimento moral da criança, ao estimular sua participação, sua contribuição, elevamos seu alto nível de socialização, contribuimos para diminuição do egocentrismo fazendo-o pensar mais no coletivo do que em si mesmo e assim atingindo a autonomia. Para corroborar com essa afirmação Piaget (1932 / 1996, p. 21) expõe na sua obra que “[...] a cooperação no trabalho escolar está apta a definir-se como o procedimento mais fecundo de formação moral [...]”.

Morin (2002) na sua obra “Os sete saberes necessários à educação do futuro” escreve que “...o desenvolvimento humano deve compreender o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e a consciência de pertencer à espécie humana”, ou seja, a criança precisa compreender que ela faz parte de uma sociedade, que seus desejos e vontades talvez não sejam de outras pessoas e para vivermos num ambiente cooperativo precisamos olhar o todo.

Araújo (1993) relatou que as crianças que estavam em ambientes autoritários e opressivos não obtiveram bons resultados nas provas piagetianas de julgamento moral. Por isso, o autor salienta o quanto é favorável atividades pedagógicas atreladas em valores como cooperação, empatia, respeito mútuo, pois favorece para o desenvolvimento do ser autônomo.

Estudar as etapas do desenvolvimento do juízo moral, compreender os estágios do desenvolvimento cognitivo nos possibilita enquanto educadores compreender a criança e prosseguir com o trabalho objetivando sempre a evolução. Que a escola seja um ambiente de direito que proporcione um desenvolvimento humano.

Quando refletimos sobre um ambiente cooperativo, vislumbramos um espaço onde todos trabalham em harmonia. Trata-se de um contexto que envolve o

auxílio mútuo, um sentimento de pertencimento e a adoção de atitudes benéficas para o coletivo. Nesse cenário, cada estudante tem a oportunidade de expressar seu ponto de vista e compartilhar a responsabilidade, tudo isso com o objetivo de promover o desenvolvimento autônomo do estudante. E é justamente com o intuito de avançar nessa busca que nos voltamos agora para a importância da assembleia de classe.

2.5 ASSEMBLEIA DE CLASSE

Segundo Puig (2003, p.13), “aprender não é escutar e que conviver não é simplesmente obedecer. Para aprender e para conviver é necessário participar da elaboração do conhecimento e das regras que governam a vida em comum”. A assembleia de classe vem contribuir aos educandos a aprenderem a exercitar a democracia, pois juntos discutem e elaboram estratégias para a melhoria do bem comum. Não basta o nosso país ter um documento garantindo que vivemos num país democrata se não sabemos exercê-la. É necessário ensinar. E como é garantido pela LDB (BRASIL, 1996) que a educação tem por “... finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania...” nós educadores precisamos assegurar que isso seja cumprido. Freire faz o seguinte apontamento:

As crianças precisam crescer no exercício desta capacidade de pensar, de indagar-se e indagar, de duvidar, de experimentar hipóteses de ação, de programar e não apenas seguir os programas a elas, mais do que propostos, impostos. As crianças precisam de ter assegurado o direito de aprender a decidir, o que se faz decidindo (Freire, 2014, p. 67-68).

Entendemos um ambiente cooperativo como aquele em que os estudantes se enxerguem com personalidades e crenças diferentes, se respeitam e que cooperam uns com os outros, pois se tratando de seres humanos não existe, mas também nem queremos homogeneização. Queremos sim, seres pensantes, com a capacidade de resolver através do diálogo e que tenham valores essenciais para promoverem um ambiente cooperativo para o bem-estar de todos. Araújo contribui dizendo:

Ao invés de tentar homogeneizá-las e eliminar as diferenças e os conflitos, podemos usar a instituição escolar para promover o desenvolvimento das capacidades dialógicas e os valores de não-violência, respeito, justiça, democracia, solidariedade e muitos outros. Mais importante ainda, não de forma teórica e sim na prática cotidiana a partir dos conflitos diários (Araújo, 2008, p. 120).

Paulo Freire fala sobre a importância da dialogicidade na relação entre professor e alunos. Defende que a postura de ambos deve ser aberta, curiosa e indagadora, o que significa que o diálogo deve ser uma prática constante em sala de aula. Ele destaca que a dialogicidade não exclui momentos em que o professor expõe ou fala do objeto de estudo, mas o importante é que esses momentos sejam conduzidos de forma a instigar a curiosidade e o questionamento dos estudantes.

Para Freire, a postura epistemologicamente curiosa do professor e dos alunos é fundamental para a construção do conhecimento. Essa postura implica em uma atitude crítica em relação ao conhecimento estabelecido e em uma disposição para o diálogo e a reflexão. É a partir da dialogicidade que se estabelece uma relação mais horizontal entre professor e os estudantes, em que ambos são sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento.

Acreditamos que a construção do conhecimento deve ser um processo colaborativo, em que professor e estudantes estejam engajados em uma relação de troca e aprendizagem mútuas. A dialogicidade possibilita a abertura de novos horizontes para o conhecimento, estimulando a curiosidade, a reflexão e o questionamento crítico. É importante destacar que essa abordagem não exclui a autoridade do professor, mas sim reconhece a importância da construção coletiva do saber.

A dialogicidade não nega a validade de momentos explicativos, narrativos em que o professor expõe ou fala do objeto. O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos (Freire, 1998, p. 96 – grifos do autor).

Araújo (2008, p. 119) revela que “o modelo da assembleia é o da democracia participativa”, pois é o momento em que somos protagonistas, nos é

dada a palavra, é na assembleia que todos podem se posicionar, dialogar e refletir sobre os assuntos do cotidiano, sempre “respeitando e naturalizando as diferenças inerentes aos valores, crenças e desejos de todos os membros que dela participam.”

Os estudantes precisam aprender itens essenciais para a uma vida coletiva, ao trabalharmos a assembleia de classe estamos ensinando o exercício da democracia, o qual segundo Puig et al. (2000) oferece experiências básicas para educação moral.

[...] a participação democrática permite uma gama de experiências básicas aos estudantes para a sua educação moral. Enfrentar os problemas que, inevitavelmente, se apresentam na vida coletiva, sem refutá-los ou solucioná-los mecanicamente, mas conversando com justiça e solidariedade, são vivências que deveríamos proporcionar aos nossos alunos e alunas (Puig et al., 2000, p. 24).

A assembleia de classe ensina o educando a pensar, refletir sobre suas ações podendo promover a autodisciplina, pois não irá simplesmente cumprir ordens, mas sim a sua consciência.

[...] construir seus valores morais pelo respeito mútuo, a praticar a justiça como um exercício constante e a tomar decisões e assumir responsabilidades pode promover uma autodisciplina que o tornará capaz de regular o seu próprio comportamento, não se limitando a simplesmente obedecer a ordens exteriores à sua consciência (Tognetta; Vinha, 2007, p. 133).

Vinha e Tognetta ressaltam que a assembleia é uma prática que há tempos faz parte de escolas que propiciam espaços democráticos.

O procedimento das assembleias não é recente, já existindo há tempos em escolas que se propuseram a criar espaços democráticos de participação de todos os envolvidos no processo de educação; as assembleias traduzem-se como possibilidade de evolução moral dos sujeitos que delas participam (Vinha; Tognetta, 2007, p. 60).

Puig (2019, p. 13) ressalta que as assembleias são para conversar e compartilhar sobre qualquer assunto com o intuito de melhorar a vida do grupo, seja sobre as tarefas escolares, comportamentos e preocupações.

Para Arguis (2002), a assembleia é o momento do diálogo organizado, que tem o intuito de promover uma característica importante de escola democrática, que são os valores.

[...] um espaço de educação moral, porque nelas introjetam-se valores como o respeito, a colaboração, a solidariedade ou a justiça, e exercem-se capacidades psicomorais, como a empatia, o diálogo, a compreensão, o juízo ou a auto regulação. De certo modo, pode-se dizer que as assembleias são um espaço de aprendizagem da democracia, de motivação para o aluno e de educação em valores (Argüís, 2002, p. 28).

Para Araújo (2004, p. 22), a assembleia de classe é um momento em que os educandos e educadores se reúnem para dialogar, refletir sobre os assuntos pertinentes ao coletivo e em grupo encontrarem a melhor solução para todos. Puig (2019) ainda acrescenta que “as assembleias servem para exercer a autonomia e responsabilidade, para valorizar os outros e a comunidade como um todo, além de estabelecer normas e formas de se conduzir.” Esse tema aborda vários itens importantes para o desenvolvimento do cidadão como: aspectos relevantes para a construção da vida coletiva e individual, aprender a exercitar a democracia, se enxergar como protagonista na participação social, valores morais e éticos, resolver conflitos criando estratégias, entender melhor a si e o outro.

[...] a educação democrática para a cidadania deve promover o desenvolvimento das competências necessárias para a participação efetiva das pessoas na vida pública e política, tendo como objetivo a construção de personalidades morais que busquem de forma consciente e virtuosa a felicidade e o Bem, pessoal e coletivo. Para isso, dentre inúmeras outras coisas, a educação deve visar o desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura e com os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta (Araújo, 2012, p. 85).

Ao trabalhar com assembleia de classe o docente está oportunizando a seus educandos a conteúdos indispensáveis para um cidadão que são: democracia, reflexão e protagonismo. Puig (2019) numa entrevista relata “As assembleias, como todas as práticas complexas, contribuem para o desenvolvimento e formação de múltiplas competências e valores” e do ponto de vista de Araújo, a Assembleia escolar:

O modelo das assembleias é o da democracia participativa que tenta trazer para o espaço coletivo a reflexão sobre os fatos cotidianos, incentivando o protagonismo das pessoas e a co-participação do grupo na busca de encaminhamentos para os temas abordados, respeitando e naturalizando as diferenças inerentes aos valores, crenças e desejos de todos os membros que dela participam (Araújo, 2008, p. 119).

Araújo (2008, p. 118-119) relata que a assembleia permite que os professores conheçam melhor seus alunos e alunas, condição essa que no cotidiano muitas vezes não acontece, a responsabilidade da elaboração das regras e a cobrança que antes era somente do educador agora é dividida com todo o grupo-classe, assim propicia uma mudança nas relações interpessoais promovendo um espaço dialógico e democrático.

Tognetta e Vinha (2011) compartilham da mesma opinião que Araújo (2008), ambos falam que o espaço das assembleias permite aos docentes e estudantes se conhecerem melhor, as regras serem elaboradas e reelaboradas; os assuntos são discutidos e as possíveis soluções são propostas, aprendendo assim a exercerem a democracia e a importância do respeito mútuo.

Puig (2003, p. 32-33) relata que uma prática educativa cooperativa proporciona aos educandos, “[...] se comportar de acordo com valores como o espírito de iniciativa, a responsabilidade, a cooperação, a solidariedade, a tolerância e a busca de acordos.”

Promover assembleia é exercitar a democracia participativa, Araújo (2004, p. 119) diz que é refletir os fatos do cotidiano, buscando estratégias respeitando a diversidade e que nem sempre os objetivos são trazer soluções, mas sim “explicitar as diferenças, defender posturas e ideias muitas vezes opostas e mesmo assim levar as pessoas a conviver num mesmo espaço coletivo.”

Para termos uma participação democrática é necessário que todos sintam-se parte do grupo e para isso é necessário construir um ambiente com um clima amigável, para que se sintam à vontade para exporem seus pontos de vista,

objetivos, obrigações e responsabilidades, ou seja, que o diálogo e a ação sejam itens presentes para a solução dos temas propostos na assembleia de classe.

Uma escola democrática, porém, entende a participação como um envolvimento baseado no exercício da palavra e no compromisso da ação. Quer dizer, uma participação baseada simultaneamente no diálogo e na realização dos acordos e dos projetos coletivos. A participação escolar autêntica une o esforço para entender com o esforço para intervir (Puig et al., 2000, p. 33).

Puig et al. (2000) complementa dizendo que:

A participação democrática deve construir um clima que permita a uns e a outros tomar parte ativa na instituição docente, de maneira que possam coordenar os respectivos pontos de vista – desejos, objetivos, obrigações e responsabilidades –, tudo convergindo em que se reconheçam o sentido que têm o conjunto das tarefas escolares (Puig et al., 2000, p. 28).

Um educador que trabalha a assembleia de classe valoriza seu educando, com foco no desenvolvimento integral, estimula valores como: a cooperação, coletividade, tolerância, incentivando o protagonismo das pessoas e a co-participação do grupo na busca de encaminhamentos para os temas abordados.

A assembleia de classe deve ser uma estratégia para o educador estimular seu educando na construção de um ambiente cooperativo. Essa estratégia promove a resolução de conflitos, dialogando, ouvindo, refletindo e agindo, assim, chegar em valores éticos que contemplem o coletivo. Dessa forma o educando terá consciência que sua ação transforma o lugar em que vive. De acordo com Sastre e Moreno.

Formar os(as) alunos(as), desenvolver sua personalidade, fazê los (as) conscientes de suas ações e das consequências que acarretam, conseguir que aprendam a conhecer melhor a si mesmos(as) e às demais pessoas, fomentar a cooperação, a autoconfiança e a confiança em suas companheiras e seus companheiros, com base no conhecimento da forma de agir de cada pessoa, e a beneficiar-se das consequências que estes conhecimentos lhes proporcionam. A realização destes objetivos leva a formas de convivência mais satisfatórias e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, qualidade de vida que não se baseia no consumo, e sim em gerir adequadamente os recursos mentais... intelectuais e

emocionais – para alcançar uma convivência humana muito mais satisfatória (Sastre; Moreno, 2002, p. 58).

Segundo Araújo (2015, p. 24), a assembleia "permite a construção psicológica, social, cultural e moral do próprio sujeito, em movimento dialético em que o coletivo transforma", ou seja, participar de espaços coletivos e dialogar possibilita o desenvolvimento psíquico que faz com que saíamos das nossas certezas fechadas e dogmáticas, nos possibilita compreender a complexidade da vida humana, tendo mais empatia com o próximo, agir de forma ética, acolhedora e pacífica.

O espaço das assembleias propicia uma mudança radical na forma como as relações interpessoais são estabelecidas dentro da escola e, se devidamente coordenado com relações de respeito mútuo, permite verdadeiramente a construção de um ambiente escolar dialógico e democrático (Araújo, 2008, p. 119).

A sala de aula é uma pequena fresta do que é a sociedade, então se consideramos um ambiente cooperativo, empático, democrático e um cidadão autônomo importante, nós professores precisamos oportunizar nossos educandos a esse desenvolvimento que tanto queremos na sociedade.

O ensino tem de promover a formação integral do indivíduo, preparando os estudantes para o enfrentamento do imprevisto e das mudanças; mostrando que o conhecimento traz em si a possibilidade da ilusão e do erro; ajudando o sujeito a compreender problemas fundamentais do nosso mundo enquanto humanos e cidadãos; promovendo o diálogo entre as disciplinas, religando os conhecimentos; favorecendo a aprendizagem cidadã; desenvolvendo a consciência da solidariedade e o respeito à diversidade e à multiplicidade; e favorecendo a inclusão e a troca de experiências (Cury, 2012, p. 42).

Para termos um ambiente cooperativo na sala de aula devemos trabalhar com o objetivo de melhorar o convívio social e para isso devemos levar as necessidades dos educandos para a assembleia de classe, dialogar e juntos construir soluções pensando no bem estar de todos.

A escola e a sala de aula são espaços privilegiados para que um trabalho de formação como esse se opere. Afinal, constituem-se em espaço público, hoje obrigatório, onde as pessoas têm de conviver durante boa parte de seu dia com valores, crenças, desejos, histórias e culturas diferentes. Ao

invés de tentar homogeneizá-las e eliminar as diferenças e os conflitos, podemos usar a instituição escolar para promover o desenvolvimento das capacidades dialógicas e os valores de não-violência, respeito, justiça, democracia, solidariedade e muitos outros. Mais importante ainda, não de forma teórica e sim na prática cotidiana a partir dos conflitos diários (Araújo, 2008, p. 120).

A sala de aula é um ambiente privilegiado onde o educador tem a oportunidade de compartilhar o seu melhor como cidadão, contribuindo para a formação de outros cidadãos. No exercício do seu ofício deve estimular o educando a se posicionar criticamente de forma pacífica e a pensar no bem para o coletivo.

Freinet (1996b) relata que as crianças devem ter o direito e coragem para se posicionarem mesmo se o seu ponto de vista for diferente da maioria.

Que tenhamos mais salas de aula que ensine nosso educando a ser cidadão democrático, acolhedor, empático, que saiba valorizar a importância de um ambiente cooperativo, que o respeito se faça presente no seu cotidiano, ou seja, que o conteúdo mais importante da sala de aula seja oportunizar o desenvolvimento do estudante com valores essenciais para uma vida que visa ter a cooperação como instrumento de transformação para um mundo melhor. Zabala afirma:

Em muitas escolas já é habitual encontrar declarações de princípios que consideram como função básica a formação de cidadãos democráticos capazes de atuar com autonomia e responsabilidade. Portanto, se trata de escolas que têm considerado como conteúdos de aprendizagem os valores e as atitudes democráticas, o espírito crítico, a responsabilidade pessoal, a aceitação das opiniões dos demais, a autonomia de pensamento e outros conteúdos de caráter atitudinal (Zabala, 1998, p. 116-117).

Para Puig et al. (2000) a assembleia escolar pode desenvolver a empatia, opinar, escutar e respeitar opiniões diferentes. Trabalhando com o coletivo aprendem valores e o autor destaca: “solidariedade, igualdade, respeito às diferenças, amizade, confiança ou responsabilidade” (Puig et al., 2000, p. 120).

Para termos um ambiente cooperativo é necessário ter empatia. Para Sampaio, Camino e Roazzi (2009), o termo empatia deriva da palavra grega “empathia”, que significa “paixão” ou “ser muito afetado”.

No que diz respeito à Psicologia, o primeiro autor a traduzir o termo *Einfühlung* por *empathy* foi Titchener, em 1909. Na concepção desse estruturalista norte-americano, o conceito de *Einfühlung* descrevia a capacidade de conhecer a consciência de outra pessoa e de raciocinar de maneira análoga a ela através de um processo de imitação interna. (Sampaio; Camino; Roazzi, 2009, p. 213).

Rogers (1957/2008) compreende empatia como sendo sentir o mundo do cliente como se fosse o seu próprio mundo, mas a pessoa neste momento, não pode perder a qualidade de “como se” estivesse no mundo do outro.

Para Goleman (2011), empatia é o olho da mente, ou seja, empatia é olhar o outro por dentro, é sentir suas emoções, é se colocar no lugar do outro. Afirma que se não fosse esse sentido não conseguiríamos amar, cooperar, nos relacionaríamos com as pessoas como se fossem objetos e expõe o quanto é valioso a empatia para nos relacionarmos de forma mais afetuosa.

Rogers (1977) fundamenta a importância de nós educadores exercitarmos a empatia com os nossos educandos. O objetivo do educador é que seu educando evolua, desenvolva, progrida e para isso é necessário criarmos um vínculo, a empatia permite essa conexão a qual será o ponto de partida para desenvolvimento do seu trabalho.

Um alto grau de empatia talvez seja o fator mais relevante numa relação, sendo, sem dúvida, um dos fatores mais importantes na promoção de mudanças e de aprendizagem. [...] quando o professor demonstra que compreende o significado, para o aluno, das experiências em sala de aula, a aprendizagem melhora (Rogers, 1977, p. 42).

Numa entrevista Nóvoa (2021) relata a importância da interação humana direta, onde as pessoas se encontram olho no olho e compartilham experiências corporais, é de suma importância para as crianças. Essa conexão é vital para a escola do futuro, pois deve abranger não apenas aspectos cognitivos, mas também emocionais, permitindo que os estudantes desenvolvam empatia, recebam cuidado, sejam tratados e tenham um ambiente de cura.

Freire (1989, p. 48) expõe: “a educação das crianças, dos jovens e dos adultos tem uma importância muito grande na formação do homem novo e da mulher nova”, ou seja, a educação serve para formar o sujeito, prepará-lo para a vida adulta e é por isso, que nós educadores devemos trabalhar todos os elementos que compõe um ser humano. O autor ressalta: “Uma educação que dê valor à ajuda mútua e não ao individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade, e não a passividade”. Sendo assim, promover um ambiente cooperativo, cujo objetivo é um ajudar o outro, se afastar do egocentrismo, promovendo a empatia seria um bom método para colocarmos em prática as palavras de Freire. E quando o autor diz sobre “espírito crítico e a criatividade, e não a passividade”, entendemos a importância da assembleia de classe, pois a mesma promove que os estudantes sejam críticos, posicionem e os incentivam ao exercício da democracia.

A assembleia de classe pode contribuir para o sentimento de pertencimento do grupo ao fortalecer os laços afetivos. É o momento em que pensamos no bem-estar do grupo e que nos conhecemos. O sentimento de pertencimento do grupo, entender os seus sentimentos, o ponto de vista do outro, compreendendo a importância do diálogo nas relações e observar as ações de todos os envolvidos pode gerar a cooperação voluntária e assim, valorizar a vivência democrática.

O diálogo entre professoras ou professores e alunos ou alunas não os torna iguais, mas marca a posição democrática entre eles ou elas. Os professores não são iguais aos alunos por n razões entre elas porque a diferença entre eles os faz ser como estão sendo. Se fossem iguais, um se converteria no outro. O diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam a sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro (Freire, 1992, p. 60).

Na citação abaixo Araújo destaca alguns pontos importantes para a formação de uma sociedade mais democrática e justa, principalmente no âmbito escolar. O autor ressalta a importância de itens que podem contribuir para a formação ética e psíquica.

[...] a democracia escolar e social; o protagonismo e a participação social; os valores morais e éticos; o entendimento sobre como estratégias de resolução de conflitos podem contribuir para a formação ética e psíquica das pessoas, bem como para a transformação das relações interpessoais no âmbito escolar (Araújo, 2004, p. 22).

As assembleias de classe são importantes espaços de discussão e participação democrática. Elas permitem que os membros da classe possam se expressar livremente, apresentar ideias e sugestões, discutir questões importantes e tomar decisões coletivas. Além disso, as assembleias de classe promovem o fortalecimento das relações interpessoais, a construção de consenso e a busca por soluções compartilhadas para problemas comuns. Dessa forma, a construção de assembleias de classe bem estruturadas e participativas pode ser fundamental para o desenvolvimento de uma cultura de participação e cooperação, contribuindo para o fortalecimento dos envolvidos. Diante da importância da sua organização, abaixo temos as etapas da construção da assembleia de classe de acordo com os autores.

2.6 Construção da assembleia de classe

A construção da assembleia de classe, de acordo com os autores Araújo (2012) e Puig (2003), deve ser pautada em alguns princípios fundamentais, que visam garantir a participação ativa e democrática dos estudantes. Seguem algumas reflexões deles:

Araújo (2012) destaca que a assembleia de classe deve ser "um espaço aberto e acolhedor, onde os estudantes se sintam à vontade para expor suas ideias e opiniões, sem medo de serem reprimidos ou ridicularizados."

Para Puig (2003), é importante que a assembleia de classe seja "um espaço de diálogo e respeito mútuo, onde os estudantes aprendam a ouvir e a considerar as opiniões dos outros, mesmo que discordem delas."

Araújo (2012) enfatiza que "a construção da assembleia de classe deve ser um processo participativo, no qual os estudantes sejam envolvidos desde o início,

na definição das regras, dos temas a serem discutidos e na organização das atividades."

Segundo Puig (2003), a assembleia de classe deve ser "um espaço de construção coletiva, onde os estudantes possam identificar os problemas comuns e propor soluções que atendam aos interesses de todos."

Araújo (2012) ainda ressalta que "a assembleia de classe deve ser um espaço complementar ao ensino formal, onde os estudantes possam exercitar a participação, a democracia e a cidadania, contribuindo para sua formação integral e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática."

Os autores destacam a importância da construção participativa, democrática e coletiva da assembleia de classe, como um espaço de aprendizado, exercício de cidadania e promoção de valores democráticos.

De acordo com Araújo (2012), a assembleia de classe pode ser entendida como uma instância de participação democrática dos estudantes no processo educativo. Segundo o autor, a construção dessa instância deve ser feita de forma coletiva, com a participação de todos os estudantes da classe.

Para Puig (2003), a assembleia de classe deve ter como objetivo principal a promoção da participação e da democracia no ambiente escolar. Segundo o autor, é importante que os estudantes tenham a oportunidade de se expressar e de participar ativamente das decisões que afetam suas vidas na escola.

Ainda de acordo com Araújo (2012), para a construção da assembleia de classe é importante definir previamente a periodicidade das reuniões, o horário e o local de realização. Além disso, é fundamental que sejam estabelecidas normas de convivência e de respeito mútuo entre os participantes.

Puig (2003) destaca a importância de se garantir a pluralidade de opiniões na assembleia de classe. Segundo o autor, é fundamental que os estudantes tenham a liberdade de expor seus pontos de vista, mesmo que estes sejam contrários aos de outros colegas ou da maioria.

Araújo (2012) ainda ressalta a importância de se estabelecer uma pauta para as reuniões da assembleia de classe, de forma que os temas discutidos sejam relevantes para os estudantes e para a comunidade escolar como um todo. Segundo o pesquisador, é importante que a pauta seja definida de forma coletiva, com a participação de todos os envolvidos.

Segundo Puig et al. (2000), a assembleia de classe é o momento em que os docentes e estudantes se reúnem para dialogarem sobre todos os assuntos pertinentes ao grupo. De acordo com o autor a assembleia de classe envolve:

- Destinar um tempo semanal, quinzenal ou mensal para essa reunião tal qual a organização das aulas destinadas às disciplinas. A assembleia de classe precisa fazer parte da rotina da escola;
- Assentar o espaço da sala de aula em círculo ou de outra maneira, garantindo a facilidade do diálogo e estabelecendo um clima de cooperação entre os/as envolvidos/envolvidas;
- Interromper o trabalho habitual da sala, bem como trocar os papéis entre professores e professoras; alunos e alunas de maneira a garantir um diálogo igualitário e horizontal, conforme Habermas (2003);
- Usar esse tempo para falar sobre qualquer tema de interesse da turma;
- Dialogar com disposição para o entendimento;
- Argumentar para modificar de maneira consensual tudo o que for necessário para o bem-estar do grupo;
- Traçar planos de ação para a mudança.

Essas características acima mencionadas pelo autor Puig favorecem um ambiente de cooperação, mesmo que estudantes e docentes tenham ideias diferentes. É imprescindível que todos os envolvidos saibam como funciona a assembleia e a sua importância.

Araújo (2004, p. 31) cita alguns tipos de assembleias tais como: assembleia de classe, assembleia de escola e assembleia docente. O autor ressalta que as assembleias estão sendo implantadas em projetos com o intuito de aproximar família e comunidade às escolas.

A assembleia de classe trata de assuntos específicos da sala de aula, dela participa o docente e os discentes da mesma turma, acontece em encontros semanais para a resolução de conflitos que deve ser resolvido com diálogo, no ensino fundamental o docente é o coordenador e ele define o horário para que aconteça semanalmente. Araújo (2004, p. 31) expõe que: “Seu objetivo é regular e regulamentar a convivência e as relações interpessoais no âmbito de cada classe”.

Araújo (2004, p. 46) afirma que o primeiro passo para desenvolver a assembleia é que todos os envolvidos estudem, discutam e saibam como funciona, ou seja, que o educador proporcione atividades para o grupo discutir o assunto e que priorize a importância de resolver conflitos dialogando.

Na organização do trabalho (Araújo, 2004, p. 50), chega a dizer que é “sagrado” a periodicidade pois seu descumprimento traz consequências para o processo de funcionamento da assembleia e no seu papel de referência na construção de valores.

Por sua vez, a escola pode ser tentada a suspender as assembleias de escola por causa de uma festa, ou suspender a assembleia docente em virtude do estressante ritmo de trabalho dos docentes em vésperas dos conselhos de classe. Temos de ter consciência de que cada vez que isso acontecer os responsáveis estarão agindo como ditadores, autoritários que suspendem o espaço de participação popular (Araújo, 2004, p. 52).

Há dois temas que se recomenda estarem nas pautas, que são: o “convívio escolar” e as “relações interpessoais”. O primeiro diz respeito à limpeza dos espaços coletivos, atitudes que tumultuam o andamento das atividades, a organização dos espaços e tempos. O segundo refere-se às brigas entre os colegas, as perseguições por motivo acadêmico ou pessoal, as relações autoritárias, o assédio psíquico e moral. Além de discutir esses temas é importante realçar as conquistas, trazer à tona os momentos prazerosos da escola, com o intuito de reforçar o positivo.

Os estudantes podem discutir vários assuntos na assembleia e dar sugestões, mas nem tudo podem decidir, pois há determinados assuntos que devem ser resolvidos por profissionais capacitados.

O espaço de diálogo tem que estar sempre assegurado, e esse é um dos papéis das assembleias na construção de valores socialmente desejáveis. Um coletivo, porém, não pode tomar decisões que extrapolam seu âmbito de responsabilidades, sob pena de gerar consequências que afetarão negativamente a vida de outras pessoas (Araújo, 2004, p. 56).

A pauta deve ser preparada na semana que antecede a assembleia por todos da sala de aula, inclusive pela professora de educação física e até mesmo pela diretora (Araújo, 2004, p. 59).

Os assuntos serão categorizados em dois blocos e o autor recomenda as seguintes palavras: críticas e felicitações. Sugere que escrevamos as palavras numa cartolina, que essa fique exposta na sala de aula e ao longo da semana o grupo vai colocando suas críticas e felicitações. É imprescindível que na parte da crítica não seja mencionado o nome das pessoas e somente as situações, já nas felicitações é permitido mencionar o nome das pessoas (Araújo, 2004. p. 61).

O objetivo de uma assembleia é discutir princípios, atitudes, e daí construir as regras da regulação coletiva e as propostas de resolução dos problemas. Discutem-se as brigas na escola, a sujeira da classe, o assédio moral ou sexual, o fato de as aulas estarem sendo prejudicadas por determinados comportamentos, e não quem está cometendo tais faltas. Isso porque as regras não podem jamais ser personalizadas. Não podem ser feitas para uma pessoa ou um pequeno grupo. Elas têm de ser coletivas (Araújo, 2004, p. 62).

A importância da pauta está exposta na sala de aula e que os estudantes irão ver diariamente os tópicos que serão abordados na assembleia, o autor acredita que ajuda a inibir possíveis ações violentas e que o elogio pode servir como reforço positivo.

Araújo (2004) traz um exemplo da pauta.

EU CRITICO	EU FELICITO
<ul style="list-style-type: none"> ● Pessoas que atrapalham a aula ● Pessoas que roubam lanche do outro ● Meninos que passam a mão no bumbum das meninas ● Que eu não tenho nenhum amigo ● Quem faz muita falta no futebol ● Quem não segue a regra para ir ao banheiro 	<ul style="list-style-type: none"> ● A atividade de consciência a crítica ● Que conseguimos organizar a mesa redonda do projeto ● Que a professora deixa usar o material do armário sem pedir ● O Marcos porque está levantando a mão para falar ● O João pela melhora na ortografia ● O Rodrigo por não fazer mais faltas no futebol

Fonte: Araújo (2004, p. 64).

O autor destrincha aspectos importantes para a formação da ata: "O primeiro deles é o estabelecimento de uma hierarquia nas temáticas; o segundo consiste em agrupar temas semelhantes; o terceiro aspecto é a garantia de que todos os temas propostos estejam presentes na pauta definitiva" (Araújo, 2004, p. 65-66).

É importante que haja um livro-ata para registrar a pauta e as decisões tomadas pelo grupo e no final todos os presentes na assembleia deverão assinar.

Propomos a elaboração de um livro-ata, simples, no qual sejam anotados: a) um cabeçalho com data, local e tipo de assembleia; b) cada tema constante da pauta e as regras elaboradas e/ou decisões tomadas; c) os encaminhamentos sugeridos para o enfrentamento do conflito ou para o cumprimento da regra. No fim da ata, depois de anotados cada tema e suas decisões, na mesma página devem constar a identificação da equipe que coordenou a assembleia e a assinatura de cada um dos presentes (Araújo, 2015, p. 62).

Existe o coordenador da assembleia que é o docente e dois estudantes que o ajudarão na organização da pauta definitiva, pois podem surgir na ata temas semelhantes e estes serão agrupados, o docente será coordenador durante alguns

meses e posteriormente esse cargo deve ser passado para um estudante sempre com supervisão do docente. Eles trabalham em parceria, caso o professor detecte que eles não estão aptos para tal responsabilidade toma a frente.

A disposição física do lugar deve ser em círculo ou semicírculo, as pessoas devem se olhar para discutirem a pauta, o início será com o coordenador explicando, se inicia com as críticas deixando as felicitações para o final para que os estudantes finalizem a assembleia com um clima prazeroso e positivo.

No primeiro momento: dialogando sobre o tema. O coordenador que será o docente terá o papel de mediador e organizador do diálogo, lerá o primeiro item da pauta, quem escreveu pode se manifestar, mas não é obrigatório, nesse momento os estudantes são instruídos como devem se posicionar na assembleia, posicionamento esse que deve ser sempre de forma respeitosa.

No segundo momento: construindo regras de convivência. É o momento dos estudantes se posicionarem e de forma coletiva sugerirem regras para os assuntos discutidos e as mesmas serão votadas. O autor Araújo (2004, p. 81) enfatiza que: “Quando os próprios interessados participam de sua elaboração e são solicitados a votar publicamente por sua aprovação ou não, o compromisso passa a ser do coletivo, e não apenas de algumas pessoas.”

No terceiro momento: a resolução de conflitos e as sugestões para se cumprir as regras. As pessoas afetadas por comportamentos agressivos ou por atitudes que lhes causaram prejuízo elaboram estratégias, com o intuito de conscientizar os colegas sobre a importância de suas posturas no espaço público. Lembrando que são saídas não punitivas e não violentas.

Finalizando as críticas chega o momento das felicitações, o autor sugere que o coordenador leia cada item sempre perguntando se o autor gostaria de explicar, se há mais alguém que queira se posicionar, finalizando cada felicitação batemos palmas com o intuito de prestigiar cada evolução e assim terminar a assembleia num clima positivo.

Minha sugestão é que o coordenador leia individualmente cada item da pauta e pergunte se o autor da felicitação gostaria de explicar as razões que o levaram àquela

proposição. Na sequência, pode-se perguntar se existe mais alguém que quer se manifestar. Ao final de cada felicitação, o grupo pode cumprimentar a ação com uma salva de palmas. Repete-se o procedimento até o final dos itens da pauta, encerrando-se, então, a assembleia em um clima positivo (Araújo, 2015, p. 74).

Araújo detalha como deve ser o livro ata.

Propomos a elaboração de um livro-ata, simples, no qual sejam anotados: a) um cabeçalho com data, local e tipo de assembleia; b) cada tema constante da pauta e as regras elaboradas e/ou decisões tomadas; c) os encaminhamentos sugeridos para o enfrentamento do conflito ou para o cumprimento da regra. No fim da ata, depois de anotados cada tema e suas decisões, na mesma página devem constar a identificação da equipe que coordenou a assembleia e a assinatura de cada um dos presentes (Araújo, 2015, p. 62).

Puig (2019, p. 13) relata que nós educadores devemos ter paciência, pois cada um tem o seu ritmo e “participar de uma assembleia, é algo que se aprende lentamente e com esforço”.

A obra de Araújo (2004) e Puig (2019) destacam de maneira significativa a relevância de abordar a assembleia de classe, bem como as etapas envolvidas em seu desenvolvimento. Os autores compartilham generosamente seus estudos, assim nos incentivam a elaboração de aulas que promovam o desenvolvimento de estudantes capazes de expressar suas opiniões, solucionar problemas, pensar de forma coletiva, dialogar e cooperar. A implementação dessas práticas, a longo prazo, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 DELINEAMENTO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva exploratória, bibliográfica com busca em periódicos, livros, dissertações, teses a respeito de ambiente cooperativo utilizando as seguintes palavras-chave: ambiente cooperativo, sala de aula cooperativa e práticas cooperativas.

A abordagem qualitativa que segundo (GIL, 2019), realiza-se por meio do levantamento de dados e descrição dos mesmos. Para atingir a finalidade proposta a pesquisa é também exploratória com o “objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2019 p. 28), envolvendo um levantamento bibliográfico acerca das fases de desenvolvimento humano voltada a teoria piagetiana. Quanto à base literária, sabe-se que a “pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (Vergara, 2006, p. 48).

3.2 ÁREA DE REALIZAÇÃO

A área de realizada da pesquisa foi em uma cidade localizada no litoral do estado de São Paulo, no Brasil, com uma população estimada de aproximadamente 335.617 habitantes, de acordo com dados do IBGE de 2021.

A cidade tem como principal atividade econômica o turismo, sendo um importante destino de veraneio para os moradores da região metropolitana de São Paulo e de outros estados do Brasil. Além disso, a cidade também possui outras atividades econômicas, como o comércio, a prestação de serviços e a indústria.

No que se refere ao setor educacional, possui uma rede de escolas municipais, estaduais e particulares. De acordo com dados da Secretaria de Educação da cidade, em 2021, foram registrados 64 estabelecimentos de ensino municipais, que atendem aproximadamente 45 mil estudantes da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Além disso, a cidade também conta com diversas escolas estaduais e particulares.

É importante ressaltar que, devido à pandemia de COVID-19, o ano letivo em 2020 e 2021 sofreu algumas alterações e adaptações, como a adoção do ensino remoto em alguns períodos e a implementação de protocolos sanitários para garantir a segurança dos estudantes e professores.

3.3 PARTICIPANTES

A presente pesquisa contou com a participação de nove professores do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública localizada na região da Baixada Santista, estado de São Paulo. A escolha desse segmento específico se deu em virtude de ser o ano de ensino no qual eu pesquisadora atuo profissionalmente.

Os participantes têm idade entre 38 a 60 anos, sendo o mais novo de 38 anos, quatro participantes estão na faixa etária entre 43 a 49 anos, quatro entre 51 a 55 anos e um com 60 anos. Quatro professores atuam no magistério há menos de dez anos, sendo um há 4 anos, um há 5 anos, um há 8 anos e o outro há 9 anos. Quatro atuam como docentes entre 12 a 18 anos. Um está há 20 anos.

Todos os participantes são pedagogos, quatro participantes possuem mais uma licenciatura, sendo: dois em língua portuguesa, um em matemática, um em educação física e seis docentes com especialização na área da educação.

3.4 INSTRUMENTO

O instrumento utilizado, foi uma entrevista (APÊNDICE). A entrevista foi composta por perguntas fechadas de múltipla escolha e por questões abertas de livre resposta. Em algumas das questões de múltipla escolha poderia haver múltiplas respostas e em outras apenas respostas únicas (GIL, 2019).

3.5 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Após o envio e o aceite pelo Comitê de Ética da Universidade, a pesquisadora fez a solicitação na Secretaria de Educação do município de Praia Grande a autorização para realizar a pesquisa – CAAE: 65414222.0.0000.5509

Após a autorização da Secretaria da Educação, a pesquisadora foi à escola e explicou os objetivos deste estudo para a equipe gestora e entregará o Termo de

Anuência Institucional (TAI). Depois da assinatura do TAI (ANEXO A), a pesquisadora foi a uma reunião pedagógica para explicar os objetivos do estudo, as garantias de sigilo e convidou os professores a participarem. Mediante o aceite solicitou a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B). Após a assinatura do Termo foi aplicada a entrevista. Ao término, a pesquisadora agradeceu a participação e se comprometeu a retornar à escola para apresentação dos resultados e do produto educacional que será fruto deste estudo. As entrevistas serão guardadas por cinco anos e depois incineradas.

3.6 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados quantitativos foram trabalhados pela estatística descritiva.

Os dados das questões abertas foram analisados qualitativamente pela Análise de Conteúdo que pondera as significações, sua forma e a distribuição desses conteúdos (Bardin, 1977).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista foi composta por três perguntas fechadas de múltipla escolha e por duas questões abertas.

Foi perguntado aos participantes quais as atividades práticas que desenvolvem em sala de aula com seus estudantes do 5º ano do ensino fundamental, as respostas constituem o Quadro 1.

Quadro 1 - Respostas dos professores em relação às atividades práticas que conseguem desenvolver com seus estudantes em sala de aula do 5º ano

Docentes	Atividades	Tipos de atividades	Frequência
A	atividades em grupo	sim	semanal
	jogos	bingo, dominó e trilha	semanal
	assembleia de classe	No início do ano para fazer os combinados e ao longo do ano somente quando sentir necessidade	esporádico
B	atividades em grupo	Devido a sala ser numerosa percebo que eles ficam mais agitados quando estão em grupo, muito barulho	esporádica
	jogos	jogos relacionados a matemática, bingo, trilha...	semanal
	assembleia de classe	não	—
C	atividade em grupo	sim	esporádica
	jogos	jogos pedagógicos envolvendo matemática	esporádico
	assembleia de classe	não	—
D	atividade em grupo	sim	semanalmente
	jogos	batalha naval, jogos matemáticos	semanalmente
	assembleia de classe	Faço quando precisamos resolver algo em grupo. Exemplo festa ou projeto	esporádica
E	atividades em grupo	Gosto de uma sala organizada e fazer algo diferente eles ficam mais agitados, por isso, opto pelo tradicional	esporádica
	jogos	não	—
	assembleia de classe	não	—
F	atividade em grupo	sim	esporádica
	jogos	não	—
	assembleia	Quando a sala apresenta algum problema	esporádica
G	atividade em grupo	sim	semanal
	jogos	bingo, sudoku, trilha, quebra-cabeça do tema da aula	semanal
	assembleia de classe	não	—
H	atividade em grupo	São utilizadas para os jogos e não nas lições, pois percebi que nas lições os estudantes só passavam a resposta e não o processo de como realizou	esporádica
	jogos	Forca, uno, stop... Enxergo os jogos mais como fonte de lazer, para descontrair e relaxar	esporádica
	assembleia de classe	não	—
I	atividade em grupo	não	—
	jogos	não	—
	assembleia de classe	Para resolver conflitos e para escolher algo que seja para o grupo	esporádico

Fonte: elaborado pela Autora.

Os Entrevistados A, D e G afirmaram que realizam atividades em grupo com seus estudantes no 5º ano, semanalmente. Nos jogos em grupo os entrevistados mencionados acima mais o Entrevistado B realizam semanalmente os jogos bingo, dominó, trilha, batalha naval, *sudoku* e quebra-cabeça. Já a assembleia de classe nenhum dos entrevistados faz semanalmente.

O Entrevistado G disponibiliza aos estudantes os jogos: bingo, sudoku, trilha, quebra-cabeça do tema da aula, alguns dos jogos como sudoku e o quebra-cabeça realizado em dupla ocorrem semanalmente, assim como as atividades em grupo que tendem a estimular um ambiente cooperativo. Além dos jogos, o docente proporciona que as atividades do cotidiano também sejam realizadas em dupla como: leitura, interpretação de texto e as quatro operações, pois afirma que um contribui para a aprendizagem do outro.

Nesse sentido Soler (2006) descreve os valores fundamentais dos jogos cooperativos como a inclusão e integração entre as pessoas, os ganhos que existem na coletividade, igualdade de direitos e deveres e desenvolvimento humano.

Os demais entrevistados trabalham os jogos de forma competitiva, existindo um único ganhador, sendo o foco o resultado e não o processo. Os jogos indicam um estímulo à competitividade, tendo em vista que apenas um participante vence, afastando-se ainda mais do senso de cooperação, sendo assim os entrevistados A, B e D, trabalham de forma semelhante, deixam de oportunizar o ambiente cooperativo.

Os Entrevistados B, C, E, F e H realizam as atividades em grupo de forma esporádica.

O Entrevistado B alega que as atividades em grupo realizadas em classe são esporádicas - "devido a sala ser numerosa percebo que eles ficam mais agitados quando estão em grupo, muito barulho" (sic). No 5º ano os estudantes têm aproximadamente 10 e 11 anos de idade encontram-se na passagem da heteronomia para a autonomia moral (Piaget, 1932/1996), ou seja, a convivência interpessoal torna-se fundamental para conhecimento do seu espaço e do outro para argumentar e receber contrapontos. Exercer e exercitar a empatia - saber se colocar no lugar do outro. Condições estas para o desenvolvimento do ambiente cooperativo. Participante B disse que - "Devido a sala ser numerosa percebo que eles ficam mais agitados quando estão em grupo, muito barulho". Caso fossem trabalhados jogos cooperativos os estudantes teriam a oportunidade de desenvolver componentes essenciais para um bom relacionamento como por exemplo: a empatia. Os jogos cooperativos segundo Soler (2003, p. 61) apresentam algumas "libertações" e podem desenvolver atitudes, dentre outras as principais: "libertam da competição: participação de todos para o alcance de uma meta comum; Libertam para criar: as regras são flexíveis e, todos podem contribuir para mudar o jogo [...]. A cooperação: trabalhar em prol de uma meta comum; A comunicação: diálogo, intercâmbio de sentimentos, conhecimentos, problemas e perspectivas.

Soler (2003) ressalta que será necessário um período extenso para completar essa tarefa. As pessoas adotam uma abordagem criativa e multidisciplinar, resultando em um futuro onde haverá respeito e valorização mútuos entre os indivíduos. Como consequência, uma nova geração surgirá, caracterizada por maior cooperação e solidariedade.

O Entrevistado E faz atividades em grupo esporadicamente e relata - "Gosto de uma sala organizada e fazer algo diferente, eles ficam mais agitados, por isso,

optei pelo tradicional" (sic). Quando nós educadores não proporcionamos aos estudantes se comunicarem nas aulas, trocas de ideias, interações, dar espaço para argumentação e ouvir contrapontos, criar estratégias para atingir os objetivos comuns de forma coletiva, possivelmente estamos contribuindo para cidadãos menos atuantes no coletivo. O autor diz:

Muitos valores importantes e modos de comportamento são aprendidos por meio das brincadeiras, dos jogos e dos esportes. Os jogos são importantes, principalmente porque o alvo são as crianças em pleno processo de desenvolvimento [...]. Em nossos jogos devemos pensar no tipo de sociedade que gostaríamos de ter [...] (Orlick, 1989, p.182-183).

Os Entrevistados que proporcionam jogos de forma esporádica são: C e H. Os jogos são: pedagógicos envolvendo a matemática, forca, uno e stop.

O Entrevistado H faz atividades em grupo, esporadicamente, somente para os jogos, pois segundo o entrevistado - "Utilizo atividades em grupo nos jogos e não nas lições, pois percebi que nas lições os estudantes só passavam a resposta e não o processo de como realizou as atividades" (sic). Percebemos que o docente é inexperiente, pois quando esperamos algo do estudante e observamos que ele não realiza dentro do que esperamos cabe a nós docentes criarmos estratégias para que ele compreenda e desenvolva. O foco do docente é proporcionar a aprendizagem no que o estudante não sabe, pois não há função em trabalhar o que já foi contemplado.

O Entrevistado H afirmou que: "Enxergo os jogos mais como fonte de lazer, para descontrair e relaxar" (sic). A resposta do entrevistado pressupõe um desconhecimento de benefícios que envolvem os jogos. De acordo com Fábio Brotto (2001), os jogos cooperativos oferecem uma experiência significativa, na qual os jogadores adquirem habilidades de colaboração, estabelecem metas compartilhadas e buscam soluções de forma coletiva. Esses jogos estimulam a cooperação, fomentam o respeito mútuo e promovem o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis, que são fundamentais para o progresso humano e social.

Os Entrevistados que fazem assembleia de classe de forma esporádica são: A, D, F e I. O entrevistado A relatou que faz assembleia no início do ano e, posteriormente, quando sente necessidade. O Entrevistado D, também, alega que faz a assembleia de classe esporadicamente - "Faço quando precisamos resolver algo em grupo. Exemplo: festa ou projeto" (sic). O Entrevistado F oportuniza a assembleia de classe - "Quando a sala apresenta algum problema " (sic). O Entrevistado I realiza a assembleia de classe disse: "Para resolver conflitos e para escolher algo que seja para o grupo" (sic).

Segundo Araújo (2015), a assembleia deveria ocorrer com periodicidade, e os debates devem trazer decisões coletivas, destaca que:

o essencial é garantir que os seguinte processos sejam efetivados: mobilização do grupo realizada com antecedência para organização das sistemáticas dos encontros, a fim de que o grupo se localize na dinâmica da assembleia e se reconheça no processo de construção; sistematização da periodicidade para garantir ao grupo regularidade no processo de execução da assembleia e legitimar temporalmente as decisões do grupo; composição da pauta, por meio da construção de um instrumental adequado a cada faixa de idade e que contemple pontos de felicitações e críticas; e o registro das assembleias realizadas por meio de atas contendo registro dos debates e decisões coletivas tomadas pelo grupo (Araújo, 2015, p. 112).

O Entrevistado I é o único que relata que não promove atividade em grupo, mas complementa dizendo: "quando o estudante tem a iniciativa de ajudar um amigo eu não interfiro, deixo eles conversarem e trocarem experiências" (sic).

Os Entrevistados E, F e I não trabalham com jogos, ou seja, estão deixando de oportunizar aos estudantes contribuições importantes para o seu desenvolvimento.

De acordo com Brotto (2001), os jogos cooperativos oferecem uma oportunidade valiosa para os participantes adquirirem habilidades de colaboração, compartilhamento de objetivos e busca de soluções em conjunto. Eles estimulam a cooperação, o respeito mútuo e a formação de relacionamentos saudáveis, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento humano e social.

Entrevistados B, C, E, G e H trazem respostas que menos se aproximam do ambiente cooperativo, pois não realizam as assembleias de classe, aos seus estudantes parecem não ser oportunizados a tomarem decisões em conjunto e a exporem seus pontos de vista, os educadores priorizam a sala 'tranquila', do que realizar atividades que estimulem movimento (Velloso, 2023). Assim deixam de oportunizar experiências que estimulam a cooperação e empatia, que futuramente poderiam contribuir para uma sala de aula acolhedora e moralmente autônoma – respeite a ideia do outro, troque pontos de vista sem perder a importância do individual e do coletivo (Piaget, 1932/1996).

Verifica-se que três docentes realizam atividades em grupo semanalmente, cinco de forma esporádica e um não trabalha. Estas respostas convergem com a fala dos autores Forman e McPhail (1993) ao dizerem que os estudantes ficam restritos a responder às perguntas dos professores e que a escola pouco oportuniza atividades que envolvam a comunicação entre os estudantes.

Deixar de oportunizar atividades em grupo entre os estudantes é excluir momentos importantes para o aprendizado, citados por Coll Salvador (1994) e Colaço (2004): a socialização, o controle dos impulsos agressivos e desempenho dos papéis sociais, e superação do egocentrismo (Piaget, 1932/1994) e desenvolvimento de novas habilidades escolares.

Verificamos que quatro entrevistados - A, B, D e G - realizam jogos semanalmente, os Participantes C e H fazem esporadicamente, os Participantes E, F e I e não realizam.

Percebemos que os docentes utilizam os jogos como uma oportunidade para trabalhar a matemática, com foco próximo à competição, pois todos os jogos mencionados são de um único ganhador e não destacam ajuda mútua, favorecendo um único participante e excluindo todos os outros, estimulando o individualismo.

Independentemente do número de estudantes, se eles são oportunizados aos jogos cooperativos, serão estimulados a desenvolver a empatia e provavelmente estarão dispostos a cooperar com a organização da sala e com o

docente. Orlick (1989, p. 123) ressalta que: "o objetivo primordial dos jogos cooperativos é criar oportunidades para o aprendizado cooperativo e a interação cooperativa prazerosa".

Os educandos jogam uns com os outros e não contra os outros, o objetivo do jogo é comum, desenvolvem trabalhos em equipe, o que servirá para um ambiente mais saudável e cooperativo, na escola, em casa e na sociedade. Brotto (2002, p. 27) afirma que "a cooperação é um processo de reflexões, interação social, em que os objetivos são comuns, as ações compartilhadas e os benefícios distribuídos para todos". Os educadores educam cidadãos que compõem a sociedade.

A assembleia é realizada por quatro entrevistados de forma esporádica— Participantes A, D, F e I - e cinco não realizam – Participantes B, C, E, G, H-. Identificamos que a assembleia que os docentes mencionaram aproxima-se mais uma conversa para resolver conflitos de forma esporádica, somente quando o docente julgar necessário, pois não há uma periodicidade na execução, preparação da ata por todos os envolvidos, a exposição do cartaz contendo as críticas e as felicitações, livro ata, organização do espaço físico, ou seja, na descrição dos docentes não categoriza uma assembleia de classe (Araújo, 2004).

Segundo Puig (2000, p. 27), uma escola democrática é aquela que possibilita a inclusão ativa dos jovens, ao mesmo tempo em que reconhece o papel e a responsabilidade dos educadores. Nesse sentido, uma escola democrática é principalmente uma instituição que promove a participação dos alunos em diferentes níveis, encorajando-os a desenvolver autonomia e responsabilidade, com o objetivo de ampliar gradualmente sua participação na comunidade.

Puig (2000, p. 135) relata que "as assembleias devem, portanto, ser um instrumento duplamente efetivo: trazendo solução para os temas em debate, e, sobretudo, propiciando a participação de todos, a cooperação, o diálogo e a autonomia".

Moreno (2005, p. 94) ressalta que um dos principais desafios para preparar as próximas gerações a erradicar a violência é ensinar-lhes a viver como seres

humanos. Nosso tempo claramente demanda uma urgência maior: ensinar e aprender a viver em comunidade. Essa tarefa requer uma transformação sociopsicológica e educacional que ainda está por acontecer. O objetivo educacional deve ser promover a autonomia do estudante não apenas em termos cognitivos, mas também no seu desenvolvimento moral e social. Há a necessidade de ir além do simples ensino acadêmico, enfatizando a importância de formar cidadãos capazes de se relacionar de forma saudável e construtiva com os outros. Isso implica em incentivar o desenvolvimento de habilidades sociais, éticas e emocionais, além do aprendizado tradicional. A abordagem proposta ressalta a responsabilidade da educação em formar indivíduos conscientes, autônomos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais pacífica e harmoniosa. É necessário um esforço conjunto da sociedade, dos educadores e de todos os envolvidos na área da educação para promover mudanças significativas.

Ao permitir que seus estudantes participem da construção das regras, o professor pode promover um ambiente mais colaborativo e democrático, onde responsabilidade pela disciplina não é apenas da autoridade docente, mas compartilhada por todos. Isso pode contribuir para a construção de relações mais positivas e de confiança entre estudantes e professores, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem.

Para Araújo (2008, p. 118-119), os professores têm a chance de se familiarizar com seus estudantes em aspectos que não são possíveis de serem observados no cotidiano da sala de aula. Assuntos como disciplina e indisciplina deixam de ser exclusivamente responsabilidade da autoridade do professor e passam a ser compartilhados por todo o grupo de estudantes, que participa da criação das regras e se encarrega de garantir o seu cumprimento. Uma das mudanças mais significativas nesse processo é a reconfiguração do papel do professor em relação à disciplina e à indisciplina. Essas questões deixam de ser exclusivamente responsabilidade da autoridade docente e passam a ser compartilhadas por todo o grupo-classe. Por meio de um processo democrático, os estudantes são incentivados a participar ativamente na elaboração das regras e normas que regem o ambiente educacional. Essa participação coletiva no

estabelecimento das diretrizes promove o senso de responsabilidade e o sentimento de pertencimento por parte dos estudantes.

Observamos que, segundo as respostas dos educadores entrevistados, as atividades em grupo (jogos envolvendo a matemática, forca, uno e *stop*) e a assembleia de classe são realizadas por quatro participantes, mas de forma esporádica e os jogos cooperativos não são contemplados na sala de aula. O que deixa de ser uma oportunidade para o desenvolvimento da empatia, cooperação e o exercício do protagonismo social.

Destaca-se que um ambiente cooperativo em sala de aula ocorre pela interação dos estudantes, que estimula o sentimento de pertencimento, do saber que a opinião e atitudes de cada um contribui para o grupo. E para isso, é necessário que o docente proporcione espaços, atividades que façam o estudante olhar para si como um agente ativo, interativo, ou seja, o estudante precisa olhar para si e compreender o que ele pode fazer para ajudar o ambiente a se tornar mais cooperativo.

As práticas docentes que dificultam o ambiente cooperativo em sala de aula se retrata (está expressa na resposta do entrevistado E) em resposta do Entrevistado E que alega que fazer algo diferente na sala de aula, eles ficam mais agitados quando estão em grupo, muito barulho e por gostar de uma sala organizada, opta pelo “tradicional”. Quando o docente opta pelo silêncio de seus discentes, ele priva o estudante de discutir suas ideias, tirar dúvidas e de desenvolver nas relações humanas, a empatia e a cooperação.

Foi perguntado aos participantes como costumam resolver os conflitos em sala de aula, as respostas compõem o Quadro 2.

Quadro 2 – Como os professores costumam resolver os problemas de conflito em sala de aula

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
A	Fala com os envolvidos em particular.
B	Fala com os envolvidos em particular.
C	Expõe a situação para toda a classe.
D	Fala com os envolvidos em particular e dependendo do assunto expõe para a sala o assunto para servir de exemplo, mas sem expor a estudante.
E	Expõe a situação para toda a classe.
F	Fala com os envolvidos em particular e dependendo do assunto expõe para a sala o assunto para servir de exemplo, mas sem expor a estudante.
G	Fala com os envolvidos em particular.
H	Fala com os envolvidos em particular e dependendo do assunto expõe para a sala o assunto para servir de exemplo, mas sem expor a estudante.
I	Fala com os envolvidos em particular e dependendo do assunto expõe para a sala o assunto para servir de exemplo, mas sem expor a estudante.

Fonte: elaborado pela Autora.

Dos nove professores participantes, três afirmam que diante dos conflitos em sala de aula falam com os envolvidos em particular, os participantes são: A, B e G. Os participantes D, F, H e I responderam que falam com os envolvidos em particular e dependendo do assunto expõe para a sala com o objetivo de servir de exemplo, mas sem expor o estudante e apenas dois entrevistados - C e E - expõe a situação para toda a classe.

Diante dos conflitos em aula, os Participantes A, B e G conversam em particular com os estudantes.

Os participantes D, F, H e I afirmam que falam com os estudantes envolvidos em particular e dependendo do assunto expõe para a sala com o objetivo de servir de exemplo, mas sem expor o educando.

Ao adotar tal postura, os educadores aproximam-se das perspectivas propostas por Libâneo (2006), que argumenta que é essencial os professores compreendam que sua autoridade dentro da sala de aula é estabelecida não apenas pela posição ocupada, mas principalmente pelo conhecimento sólido do conteúdo abordado. A construção de uma relação positiva e colaborativa com os alunos é mais efetiva quando baseada no conhecimento do assunto e na habilidade de engajar os estudantes, ao invés de depender exclusivamente da imposição de autoridade baseada no cargo ocupado.

No Quadro 3, a ser apresentado em breve, está registrado que o Entrevistado D comentou sobre o *cyberbullying* que aconteceu com a turma, ele abriu o assunto para todos da sala de aula e a partir desse problema foi desenvolvida uma aula para os estudantes conhecerem mais o assunto e suas consequências. Nessa situação, o docente agiu de acordo com o que Araújo (2008) afirma que devemos aproveitar esses momentos para ensinar, são ocasiões como essa que contribui para o desenvolvimento da criança. A escola é o local que terá conflitos e os educadores precisam aproveitar esses momentos como oportunidades de ensinar seus educandos a solucionar problemas da melhor forma possível, como por exemplo: dialogando e respeitando.

O conflito é parte natural de nossas vidas e apenas isto já seria suficiente para considerá-lo como importante tema de estudo. De fato, todas as teorias interacionistas em Filosofia, Psicologia e Educação estão alicerçadas no pressuposto de que nos constituímos e somos constituídos a partir da relação direta ou mediada com o outro, seja ela de natureza subjetiva ou objetiva. Nessa relação, nos deparamos com as diferenças e semelhanças que nos obrigam a comparar, descobrir, ressignificar, compreender, agir, buscar alternativas e refletir sobre nós mesmos e sobre os demais. O conflito torna-se, portanto, a matéria-prima para nossa constituição psíquica, cognitiva, afetiva, ideológica e social (Araújo, 2008, p. 115-116).

Corroborando com as ideias de Sampaio e Braga Neto (2007, p. 22) sobre a importância da mediação, na resolução dos conflitos,

A mediação é um método de resolução de conflitos em que um terceiro independente e imparcial coordena reuniões conjuntas ou

separadas com as partes envolvidas no conflito. E um dos seus objetivos é estimular o diálogo cooperativo entre as partes para que alcancem a solução da controvérsia em que estão envolvidas.

Sastre e Montserrat Moreno (2005) discutem o tema trazendo para resolução de conflitos a aprendizagem e a inteligência com ela envolvida e pouco desenvolvida nas relações interpessoais diz:

Não fomos preparados para compartilhar nem para resolver com agilidade e de forma não violenta os problemas que iam surgindo em nossas relações pessoais. Não desenvolvemos a sensibilidade necessária para saber interpretar a linguagem de nossos sentimentos. Nossa razão não foi exercitada na resolução de conflitos e tampouco dispúnhamos de um repertório de atitudes e comportamentos práticos que nos permitissem sair dignamente de uma situação. Em síntese, nossa formação nos tornou mais hábeis para lidar com o mundo físico do que com o social; aprendemos mais coisas do mundo exterior que de nossa própria intimidade, conhecemos mais os objetos que as pessoas do nosso convívio (Sastre; Moreno, 2005, p. 19).

Sendo assim, a fim de que haja um aperfeiçoamento na forma de educar, para que os educandos possam reconhecer suas emoções, aprender a lidar com elas, teremos um ambiente escolar mais cooperativo, e uma sociedade que resolverá conflitos de forma mais pacífica.

Formar os(as) alunos(as), desenvolver sua personalidade, fazê-los(as) conscientes de suas ações e das consequências que acarretam, conseguir que aprendam a conhecer melhor a si mesmos(as) e às demais pessoas, fomentar a cooperação, a autoconfiança e a confiança em suas companheiras e seus companheiros, com base no conhecimento da forma de agir de cada pessoa, e a beneficiar-se das consequências que estes conhecimentos lhes proporcionam. A realização destes objetivos leva a formas de convivência mais satisfatórias e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, qualidade de vida que não se baseia no consumo, e sim em gerir adequadamente os recursos mentais... intelectuais e emocionais – para alcançar uma convivência humana muito mais satisfatória (Sastre; Moreno, 2002, p. 58).

A melhoria das relações interpessoais e a promoção de um ambiente colaborativo resultam em um aumento geral na qualidade de vida, enfatizando a importância fundamental das habilidades sociais e emocionais para o bem-estar e a satisfação geral das pessoas, conforme entendimento que segue:

Apesar de inúmeras pesquisas mostrarem que o clima escolar influencia as aprendizagens escolares e o desempenho (rendimento escolar, motivação, etc.), vários estudos também têm indicado que essa influência se estende para as relações sociais (convivência, conflitos, violência física e verbal entre alunos e entre alunos e professores, vandalismo, furto, etc.). Desse modo, há uma associação entre o clima e o aparecimento de problemas de ordem comportamental (indisciplina, violência, *bullying*, etc.) que ocorrem entre estudantes e entre estudantes e professores. (Vinha et al., 2016)

Os educadores C e D frisaram que ao compartilhar o assunto para a classe tem o cuidado de não expor de forma negativa o estudante e sim de resolver o ocorrido mostrando as consequências que tal assunto pode acarretar, criando assim, um ambiente que busque mostrar a relação lógica entre o princípio da regra e sua quebra na resolução de conflitos, sem perder de vista o individual e o coletivo (Piaget, 1932/1994).

Foi, também, perguntado aos participantes ‘quais as atividades, práticas que dificultam o ambiente cooperativo em sala de aula’.

Os entrevistados ao relatarem as atividades que dificultam o ambiente cooperativo em sala de aula trouxeram, em suas respostas, situações que causaram conflitos mediante atividades de competição e a veiculação de mensagens no *WhatsApp* de ocorrências fora de sala de aula, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 - Atividades, práticas desenvolvidas pelos professores que dificultam o ambiente cooperativo em sala de aula, segundo a opinião dos mesmos

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
A	Percebi que ao voltar da educação física depois de atividades que envolviam competição eles estavam sempre em conflito e brigam na fila, pois sempre querem ser os primeiros.
B	Quando as regras não ficam claras ao desenvolverem atividade em grupo e principalmente ao compartilhar material.
C	Nas brincadeiras de competição, sempre brigam, pois ninguém quer perder.
D	Brigas pela internet levam o assunto para a sala de aula. Teve o problema com <i>cyberbullying</i> .
E	Estudante expõe assuntos familiares, depois gera assunto e conflitos.
F	Atividades competitivas geram briga, são individualistas, só pensam em si e colocam a culpa no outro por terem perdido.
G	Trazem assuntos que começaram no whatsapp fora da escola e querem resolver na sala de aula.
H	Trazem brigas que começaram fora da escola através do whatsapp para resolverem na sala de aula.
I	No momento que os estudantes estão dando seu posicionamento em uma atividade alguns atropelam a fala, não respeitando o momento do amigo, isso acaba gerando briga.

Fonte: elaborado pela Autora.

Os participantes A, C e F destacam que as atividades que focam em competição são as que dificultam o ambiente cooperativo em sala de aula. Visto que nenhum deles quer perder e quando perdem, colocam a culpa no outro.

De acordo com Orlick (1978), a competição tem como objetivo central a rivalidade, onde se busca ativamente evitar que o oponente seja recompensado ou alcance seus objetivos.

Isso pode ser observado quando uma pessoa está disposta a deixar que seu próprio desempenho seja prejudicado com o intuito de diminuir as recompensas de seu semelhante. Ela não se importa com a qualidade de seu desempenho desde que possa assegurar que seu companheiro não seja bom (Orlick, 1978, p. 81).

Os entrevistados B, F e I falam sobre o individualismo dos estudantes, pois demonstram atitudes egocêntricas, tais como: “*principalmente ao compartilhar material*”(sic); “*só pensam em si, colocam a culpa no outro*” (sic) ; “*No momento que os estudantes estão dando seu posicionamento em uma atividade alguns atropelam a fala, não respeitando o momento do amigo*” (sic).

Enquanto educadores, precisamos pensar em desenvolver atividades grupais que proporcionem aos estudantes não apenas em uma postura individual, mas também coletiva para que eles deixem o olhar competitivo e individualista, e assumam a postura de atores de uma sociedade e passem a buscar dessa forma um ambiente mais cooperativo. Entender o egocentrismo das crianças (Piaget, 1932/1994) faz parte do conhecimento docente, assim como investir em práticas que proporcionem desafios para o declínio do mesmo. Pimenta (2012) destaca que nesse cenário complexo, torna-se imprescindível redefinir a identidade do professor. O ato de ensinar, que é inerente a essa profissão, é uma prática social intrincada, permeada por conflitos de valores e que requer posturas éticas e políticas. Ser professor envolve possuir conhecimentos científicos, pedagógicos e educacionais, além de sensibilidade, capacidade de questionamento teórico e criatividade para lidar com situações ambíguas, incertas, conflituosas e, por vezes, violentas, presentes tanto no ambiente escolar quanto fora dele. É essencial para o docente atuar como mediador reflexivo e crítico entre as transformações sociais concretas e a formação dos estudantes, questionando os modos de pensar, sentir, agir, produzir e distribuir conhecimento.

Os entrevistados D, G e H relataram que brigas que começam na *internet* e no *whatsapp*, continuam em sala. Quanto ao uso do *whatsapp* em casa e da incidência do *cyberbullying*, poderiam durante as Associação de Pais e Mestres (APMS), pedir uma postura mais ativa dos pais para identificar tais posturas fora do horário de aula, a participação da família desempenha papel importante no

cotidiano da vida escolar. Nesse sentido, Paro (2000) ressalta a importância da participação dos pais na escola, mas que fossem estabelecidos os motivos dessa participação.

Entretanto, não se trata, nem dos pais prestarem uma ajuda unilateral à escola, nem de a escola repassar parte do seu trabalho para os pais. O que se pretende é uma extensão da função educativa (mas não doutrinária) da escola para os pais e adultos responsáveis pelos estudantes. É claro que a realização desse trabalho deverá implicar a ida dos pais à escola e seu envolvimento em atividades com as quais ele não está costumeiramente comprometido. (...) Uma dimensão importante da participação dos pais na escola, seja integrando o conselho de escola ou a APM, seja tomando parte de outras atividades, como o grupo de formação de pais, é da atenção que se deveria ter para com os motivos dessa participação, procurando saber qual o ponto de vista dos usuários a respeito (Paro, 2000, p. 120).

Já quanto aos professores e rede escolar, a fim de não apenas coibir, mas também de conscientizar os educandos, precisam trabalhar em atividades que promovam a conscientização do quanto o *cyberbullying* pode ser prejudicial, sempre com a percepção, que os educandos são protagonistas da nossa sociedade.

Talvez um trabalho com jogos cooperativos que busque promover à cooperação, o diálogo, a ajuda mútua, a solidariedade, a inclusão e a valorização da diversidade ajude a trabalhar estas questões (Brotto, 2002). Juntamente com outro recurso promissor é a realização de assembleias de classe (Tognetta e Vinha (2007; Araújo, 2008), cujo objetivo principal é fomentar o desenvolvimento das capacidades dialógicas dos estudantes, enfatizando valores fundamentais como a não-violência, o respeito, a justiça, a democracia, a solidariedade, entre outros.

Segundo Freire (1994, p. 43),

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominar a realidade. Vai humanizá-la. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizar os espaços geográficos. Faz cultura.

O ser humano sofre influências do meio, sendo assim, na educação é preciso ensinar valores para que as crianças tenham um uma conduta empática.

Foi perguntado aos professores quais as condições que consideram importantes para promoverem um ambiente cooperativo na sala de aula. As respostas estão no Quadro 4.

Seis entrevistados responderam que permitem que os estudantes se ajudem para realizar atividades em aula. Cinco entrevistados afirmaram que trabalham a importância de valores essenciais para a vida em grupo. Três responderam que proporcionam brincadeira que um precisa do auxílio do outro.

Quadro 4 - Condições que os professores consideram importantes para promoverem um ambiente cooperativo na sala de aula

Participantes	Respostas
A	Permite que os estudantes se ajudem para realizar atividades em aula, brincadeiras que um precisa do auxílio do outro, trabalha a importância de valores essenciais para a vida em grupo, através de vídeos, textos e rodas de conversa.
B	Permite que os estudantes se ajudem para realizar atividades em aula.
C	Permite que os estudantes se ajudem para realizar atividades em aula, trabalha a importância de valores essenciais para a vida em grupo através de vídeos, textos e rodas de conversa.
D	Brincadeiras que um precisa do auxílio do outro.
E	Permite que os estudantes se ajudem para realizar atividades em aula. “As poucas vezes que permiti não gostei do resultado, pois eles só copiam as respostas, o ajudante não passa o processo para chegar no resultado”.
F	Trabalha a importância de valores essenciais para a vida em grupo através de vídeos, textos, rodas de conversa e situações do cotidiano.
G	Permite que os estudantes se ajudem para realizar atividades em aula, brincadeiras que um precisa do auxílio do outro, trabalha a importância de valores essenciais para a vida em grupo, através de vídeos, textos e rodas de conversa.
H	Permite que os estudantes se ajudem para realizar atividades em aula.
I	Trabalha a importância de valores essenciais para a vida em grupo através de vídeos, textos, rodas de conversa e situações do cotidiano.

Fonte: elaborado pela Autora.

Analisando as respostas dos nove entrevistados. Os Entrevistados A, B, C, E, G e H responderam que - Permitem que os estudantes se ajudem para realizar

atividades em aula, sendo que o Entrevistado E acrescentou que - “As poucas vezes que permiti não gostei do resultado, pois eles só copiam as respostas, o ajudante não passa o processo para chegar no resultado (sic).”

Os entrevistados A e G foram os responderam, também, que: Permitem que os estudantes se ajudem para realizar atividades em aula, brincadeiras que um precisa do auxílio do outro, trabalha a importância de valores essenciais para a vida em grupo, por meio de vídeos, textos e rodas de conversa. Soler (2005, p. 48) diz que “[...] sem medo de errar, que quanto maior for a parte da vida de uma criança envolvida com Jogos Cooperativos, mais ela aceitará a cooperação, e mais ainda estará disposta a cooperar tanto no jogo da escola quanto no grande jogo da vida”. Ou seja, não podemos distanciar a vida da escola da vida (Freire,1996). Neste sentido, vamos propiciar desafios e ofertar alternativas que permitam o desenvolvimento da empatia, cooperação (Brotto, 2001), uma escuta ativa do outro.

O Entrevistado D respondeu que permite - Brincadeiras que um precisa do auxílio do outro. Brotto (2001, p. 13-14) relata que “através do jogo cooperativo a sinergia entre auto-estima e relacionamento interpessoal é sintetizada e ganha proporções extraordinariamente educativas e transformadoras.”

Os Entrevistados A, C, F, G e I responderam que trabalham a importância de valores essenciais para a vida em grupo por meio de vídeos, textos e rodas de conversa.

A educação tem como objetivo despertar e desenvolver nas crianças uma série de habilidades físicas, intelectuais e morais necessárias para a sociedade. A educação é crucial para a formação dos indivíduos e para a integração deles na sociedade, pois não se limita apenas aos conhecimentos intelectuais, inclui a formação de hábitos, valores, normas e habilidades sociais. Por meio da educação, os docentes podem semear nos discentes os conhecimentos e os valores necessários para a preservação e o funcionamento adequado da ordem social. Durkheim (1978) enfatiza a importância da educação como um processo social e

ressalta a responsabilidade das gerações adultas em orientar e preparar as gerações mais jovens para a vida em sociedade. De acordo com Durkheim,

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial que a criança particularmente se destine (Durkheim , 1978, p, 41).

Colaço (2004, p. 339) observa que as crianças ao trabalharem juntas “orientam, apoiam, dão respostas e inclusive avaliam e corrigem a atividade do colega, com o qual dividem a parceria do trabalho, assumindo posturas e gêneros discursivos semelhantes aos do professor”. Essa citação descreve um cenário onde os estudantes desempenham um papel de orientação e apoio mútuo quando trabalham em grupo. Elas não apenas fornecem respostas e auxílio, mas também assumem a responsabilidade de avaliar e corrigir as atividades dos colegas, ou seja, trabalham em parceria e compartilham tarefas e responsabilidades semelhantes às do professor.

Quando o docente percebe que sua função na sala de aula transcende a mera transmissão de conteúdos e abrange a consideração de aspectos essenciais para o desenvolvimento social do educando, tais como a cooperação, está promovendo não apenas a formação de futuros profissionais, mas também a construção de um cidadão com valores fundamentais para uma sociedade empática e colaborativa.

Foi perguntado aos docentes sugestões ‘de como promoverem um ambiente cooperativo em sala de aula’. Os participantes trouxeram diversas sugestões relacionadas ao ambiente cooperativo em sala de aula, duas destacam o diálogo, o trabalho em grupo e três trouxeram o envolvimento com a família, conforme mostra o Quadro 5.

Quadro 5 - Sugestões dos docentes para termos um ambiente cooperativo em sala de aula

Participante	Resposta
A	Mostrar histórias reais de pessoas que contribuíram para o bem de outras.
B	Rodas de conversa para esclarecer os conflitos, orientar e passar a importância do respeito.
C	Diálogo e auxílio da família para caminharmos juntos ao mesmo objetivo.
D	Trabalhar em grupo, atividades com jogos e projetos envolvendo a família.
E	Pedir ajuda da direção e dos responsáveis.
F	O professor tem que ser o exemplo, precisamos ter consciência que todo instante é momento de aprendizagem. Precisamos respeitar, ser carinhosos, dar liberdade e ser uma autoridade, ou seja, passar limites e que as crianças me tenham como seu porto seguro.
G	Estimulo as crianças terem comportamentos adequados para um bom convívio em grupo. Primeiramente fazemos os combinados do que seria bom para o convívio em grupo, no final do dia cada estudante ganha uma pontuação, no final do mês eu monto um mercadinho, a pontuação deles revertem em dinheiro, cada produto tem um valor. Quem se comporta mais tem mais dinheiro e compra mais, quem se comporta menos tem menos dinheiro e compra menos.
H	Trabalhar em grupo.
I	Escutar mais o estudante, enxergar o ser humano, não construir muro impedindo que ele tenha receio de chegar em você, fazer com que as crianças te enxerguem como parceiros.

Fonte: elaborado pela Autora.

Os participantes relataram diversas sugestões relacionadas ao ambiente cooperativo em sala de aula, duas destacam-se de forma significativa: o diálogo e o trabalho em grupo.

O diálogo emergiu como uma sugestão importante, sendo mencionado pelos entrevistados B, C e G. Por meio do diálogo, os indivíduos podem expressar suas opiniões, questionar, problematizar e construir conhecimento. O diálogo proporciona uma troca de ideias e perspectivas, permitindo que os sujeitos envolvidos se reconheçam como agentes ativos na construção do conhecimento. Freire diz:

A comunicação é a relação que se efetiva pela co-participação dos sujeitos no ato de conhecer. Considera-se que o ato educativo é uma forma particular de comunicação. Nas relações sociais entre os sujeitos da aprendizagem, dá-se uma síntese dialética, como momentos de um processo comunicativo e educativo (Freire, 1977, p.69).

O diálogo é uma relação horizontal que emerge de uma postura crítica, gerando a capacidade de análise e reflexão sobre o mundo. O diálogo é fundamental para criar um ambiente propício à comunicação autêntica, onde as pessoas se reconhecem como sujeitos ativos e participantes do processo de construção do conhecimento. Paulo Freire (2000) argumenta que somente nesse contexto de diálogo autêntico, sustentado por valores e alimentado pela busca conjunta, é que a verdadeira comunicação ocorre. Essa comunicação vai além da mera transmissão de informações, possibilitando a troca de experiências, o questionamento, a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento.

É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos da busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação (Freire, 1967 / 2000, p. 115).

Freire (2014, p. 111) ressalta a importância de ouvir atentamente os alunos como uma forma essencial de estabelecer uma comunicação significativa com eles. Segundo Freire, a habilidade de escutar requer, em primeiro lugar, humildade por parte do professor. Isso implica reconhecer que o professor tem conhecimento para

compartilhar, mas não é o único detentor desse conhecimento nem a única voz autorizada a expressá-lo. O ato de ouvir envolve reconhecer a diversidade de saberes presentes na sala de aula. Nessa perspectiva, o professor deve estar ciente de que seu conhecimento adquirido não representa uma verdade absoluta e imutável. Ele precisa reconhecer a importância de dialogar com os estudantes, acolher suas perspectivas e experiências, e estar aberto ao aprendizado mútuo. A humildade do professor é fundamental para estabelecer uma relação horizontal, na qual o diálogo seja construído de forma igualitária, promovendo o respeito e o reconhecimento da voz dos estudantes. Ao adotar uma postura de escuta ativa, o professor tem a oportunidade de aprender com os estudantes e enriquecer sua prática pedagógica. Ouvi-los não apenas fortalece a relação professor-aluno, mas também amplia as possibilidades de construção coletiva do conhecimento, valorizando as diversas perspectivas e contribuições dos estudantes. Dessa forma, Paulo Freire destaca que a escuta atenta e humilde é um elemento essencial para a comunicação efetiva entre professor e estudante, permitindo a construção de um ambiente educacional mais participativo, colaborativo e enriquecedor.

O diálogo para Freire (1987), cria uma situação gnosiológica, ou seja, uma situação em que os sujeitos envolvidos exercem sua capacidade cognitiva, seu ato cognoscente, sobre o objeto de conhecimento que os mediatiza. Isso significa que os sujeitos envolvidos no diálogo não são meros receptores passivos do conhecimento, mas são ativos na construção e na compreensão desse conhecimento. Dessa forma, o diálogo é visto por Freire como uma condição necessária para uma verdadeira educação, pois permite a interação, a troca de perspectivas, o questionamento e a construção coletiva do conhecimento. Sem o diálogo, a educação se torna unidirecional, verticalizada e não atinge seu potencial transformador.

Sem ele [diálogo], não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação. A que operando a superação da contradição educador-educandos, se instaura como situação gnosiológica em que os sujeitos incidem seu ato cognoscente sobre o objeto cognoscível que os mediatiza (Freire, 1987, p. 47).

O trabalho em grupo também foi mencionado pelos docentes D e H, e é interessante observar que o auxílio da família, o trabalho em grupo e a parceria do

docente com o discente foram compreendidos como componentes que se interligam e se complementam dentro da temática do trabalho em grupo. Essa abordagem ressalta a importância de promover a colaboração entre os estudantes, estimulando-os a trabalhar juntos, compartilhar ideias, desenvolver habilidades de trabalho em equipe e aprender uns com os outros. Além disso, a parceria entre o docente e o estudante é fundamental nesse contexto, uma vez que o professor desempenha um papel de facilitador e orientador, auxiliando os estudantes a construir conhecimento coletivamente.

Aprender a conviver em grupos é fundamental para se preparar para a vida social, o grupo proporciona a oportunidade de aprender e desempenhar diferentes papéis sociais que são complementares na organização da sociedade como um todo. Isso significa que ao participar de um grupo, os estudantes têm a chance de vivenciar e compreender as dinâmicas sociais, aprender a interagir, colaborar e desempenhar papéis específicos dentro da estrutura social. Viver de forma democrática é essencial. Expressar opiniões, aprender a ouvir e respeitar as opiniões dos outros, identificar lideranças. A escola desempenha um papel fundamental como mediadora entre a vida cotidiana do estudante e sua prática social mais ampla. A escola deve promover a aprendizagem dessas virtudes democráticas e facilitar a conexão entre a educação recebida e a vida em sociedade. Ao fazer isso, a escola pode contribuir para uma educação transformadora, na qual os estudantes adquirem habilidades e valores que os capacitam a participar ativamente e de forma construtiva na sociedade. Para corroborar Pimenta diz que:

[...] a sociedade é, além do mais, um grande agrupamento social, que comporta inúmeros subgrupos (família, escola, etc). Aprender a conviver em grupos é uma forma de preparar-se para a vida social, a importância do grupo está também em propiciar a aprendizagem de papéis sociais diferentes e complementares na organização social como um todo. Assim, viver democraticamente na escola, expressar opiniões, aprender a ouvir respeitar a opinião alheia, identificar as verdadeiras lideranças, organizar-se em torno delas, são as virtudes democráticas que, aprendidas na escola, serão transportadas para a vida social. Percebemos, assim, que a escola deve mediar o cotidiano do(a) aluno(a) e sua prática social,

para que a educação transformadora possa ocorrer (Pimenta, 2012, p. 128).

Diante desses resultados, é possível concluir que o diálogo e o trabalho em grupo surgem como elementos essenciais para promover um ambiente educacional enriquecedor e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. A ênfase nessas abordagens destaca a importância de estabelecer relações de colaboração e interação, que vão além da transmissão unidirecional de conhecimento, valorizando a participação ativa e a construção coletiva do saber.

Observa-se, também, que os jogos cooperativos que buscam promover à cooperação, o diálogo, a ajuda mútua, a solidariedade, a inclusão e a valorização da diversidade não foram citados pelos participantes. Outro recurso promissor é a realização de assembleias de classe, cujo objetivo principal é fomentar o desenvolvimento das capacidades dialógicas dos estudantes, enfatizando valores fundamentais como a não-violência, o respeito, a justiça, a democracia, a solidariedade, entre outros.

Outro tópico relevante, mencionado pelos professores C, D e E na entrevista, refere-se ao envolvimento da família no contexto do processo educacional. Nesse contexto, há um consenso de que a escola e a família devem fazer uma parceria sólida e cooperativa, com o intuito de compartilhar responsabilidades e colaborar de maneira conjunta na busca do objetivo central, que é o desenvolvimento do estudante.

Encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4 , Lei n. 9394/96, o seguinte enunciado no Título I da Educação “Art. 1º Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p. 5).” A cooperação entre a escola e a família desempenha um papel importante na educação e no desenvolvimento dos estudantes. É imperativo que ambas as partes se envolvam ativamente nesse processo.

A cooperação entre os docentes e os responsáveis é fundamental para a construção de um ambiente educacional. Essa união facilita a promoção do desenvolvimento abrangente do estudante, e, portanto, contribui de maneira significativa para o alcance do objetivo que é prepará-los como sujeitos ativos e produtivos para a sociedade.

Uma ligação estreita e contínua entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (Piaget, 2007, p.50).

É imprescindível promover um diálogo aberto e contínuo entre a escola, os pais e os filhos. Essa colaboração ativa não apenas fortalece o processo de aprendizagem, mas também contribui para a construção de um ambiente de apoio e compreensão mútua, essenciais para o desenvolvimento global da criança.

A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos (REIS, 2007, p. 6).

A escola se fundamenta em uma metodologia e filosofia educacional que visa não somente formar, mas também desenvolver os alunos com base em princípios e diretrizes específicas. Contudo, para efetivar plenamente sua missão educativa, é essencial que a escola mantenha uma colaboração ativa e constante com as famílias dos estudantes. Essa parceria não apenas fortalece o processo educativo, mas também fomenta um ambiente de aprendizagem que valoriza e incorpora as perspectivas e esforços de ambas as partes, propiciando um desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os de forma abrangente para enfrentar as exigências e desafios da vida (Parolim, 2003, p. 99).

Um aspecto importante é a família ter consciência do quanto influenciam seus filhos, uma vez que as ações e palavras dos pais se transformam em referências e modelos para as crianças. Neste contexto, torna-se essencial que os pais estejam constantemente atentos aos exemplos que passam aos seus filhos. Recomenda-se que o diálogo seja um hábito diário tanto nas interações familiares

como no ambiente escolar. É neste cenário que se encaixa a abordagem de fomentar uma participação ativa dos pais na escola, com o propósito de fortalecer e enriquecer os vínculos entre eles e a instituição educacional.

A escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano (Paro, 1997, p. 30).

Paro complementa dizendo que:

Os pais são importantes na aprendizagem e no progresso escolar das crianças. Para que os pais possam desempenhar o seu papel com eficácia necessitam que o professor informe acerca das competências que a criança deve adquirir em cada momento da aprendizagem e de como podem estar envolvidos em atividades de aprendizagem articuladas com trabalho que o professor desenvolve na sala de aula. (Paro, 1995, p.126).

Freire (1997, p.12) relata que “nos preparávamos, enquanto escola, para receber as famílias dos alunos, educadoras naturais deles de quem éramos educadores profissionais”, ou seja, ambos desempenham um papel fundamental no processo educacional, seja em casa ou na escola. O professor desempenha seu papel, assim como os pais, mas nenhum pode realizar essa missão isoladamente; ambos devem trabalhar em conjunto para promover uma formação integral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do ambiente cooperativo em sala de aula faz parte de uma rotina escolar em que todos estão envolvidos com o objetivo de contribuir para essa existência e manutenção.

Na sala de aula é fundamental que o professor tenha uma perspectiva abrangente e humanizada ao olhar para seus estudantes, reconhecendo-os como seres humanos completos, que vão além do aspecto cognitivo e possuem uma vida emocional, social. Assim, é responsabilidade do professor fazer uma análise reflexiva, identificando maneiras de promover um ambiente cooperativo em sala de aula, ao mesmo tempo em que identifica e aborda as práticas que podem dificultar essa dinâmica. Desse modo, é importante o professor trabalhar os diversos elementos que compõem a experiência educacional dos estudantes, visando criar um ambiente propício ao desenvolvimento integral dos estudantes.

A maioria dos professores do 5.º ano do ensino fundamental, participantes desta pesquisa, revelaram em suas respostas que as práticas docentes que contribuem para o ambiente cooperativo em sua sala de aula ocorrem, constantemente, quando permitem que os estudantes se ajudem para realizar atividades em aula e trabalhem em grupo temas essenciais para a vida – empatia, cooperação, respeito - por meio de vídeos, textos e rodas de conversa.

Os entrevistados ao relatarem as atividades que dificultam o ambiente cooperativo em sala de aula citaram as situações que causaram conflitos mediante atividades de competição e a veiculação de mensagens no *WhatsApp* de ocorrências fora de sala de aula.

As sugestões trazidas para o desenvolvimento de um ambiente cooperativo em sala de aula focaram no diálogo em sala de aula e nos trabalhos em grupo.

Observa-se que os jogos cooperativos que buscam promover a cooperação, o diálogo, a ajuda mútua, a solidariedade, a inclusão e a valorização da diversidade foram pouco citados pelos participantes como favorecedores do ambiente cooperativo. Dado este que me impulsionou a elaborar uma sequência didática

sobre jogos cooperativos para que professores pudessem se apropriar do tema e trabalhem com seus estudantes

Ao abordar jogos cooperativos em sala de aula como um recurso pedagógico que cultive um ambiente cooperativo entre os estudantes e que possa semear o que a sociedade posteriormente colheria - o fruto desse processo seria auxiliar na formação de cidadãos engajados e conscientes de sua responsabilidade social. Ao embasarmos as práticas pedagógicas em uma sustentação teórica e metodológica, por meio de uma sequência didática a qual foi o produto educacional dessa Dissertação, somos capazes de contribuir na promoção de um ambiente cooperativo na sala de aula. Esse recurso enriquece o trabalho educativo do professor, à medida que os estudantes vão vivenciando a cooperação e engajando-se ativamente no processo de aprendizagem.

Reconhecemos a importância de enfrentar o desafiador "rio" de egocentrismo e competição desenfreada que permeia nosso contexto atual. No entanto, precisamos resistir e oferecer oportunidades e espaços para reflexão e ação na construção de ambientes cooperativos. É fundamental compreender que, se a escola tem como objetivo contribuir para a formação integral do cidadão, é necessário adotar uma perspectiva coletiva ao lidar com todos os aspectos da vida escolar. Assim, podemos trabalhar em prol do desenvolvimento do estudante, superando os desafios e promovendo uma educação mais inclusiva e cooperativa.

2023



**ADO PROFISSIONAL EM PRÁTICAS
NTES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

JANAINA BEZERRA PEREIRA

**CENTRO DE ESTUDOS UNIFICADOS
BANDEIRANTE – SANTOS– SP**

P436a PEREIRA, Janaína Bezerra

Ambiente Cooperativo e a Prática Docente no Ensino Fundamental - Reflexões e Ações Proposta em uma Sequência Didática. / Janaína, Bezerra Pereira. – Santos, 2023.
45 f.

Orientador: Elizete Gomes Natário.
Dissertação (Mestrado Profissional), Universidade Metropolitana de Santos, Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental, 2023.

1. Jogos Cooperativos. 2. Empatia. 3. Cooperação. 4. Práticas Docentes. 5. Ensino Fundamental
I. Ambiente Cooperativo e a Prática Docente no Ensino Fundamental - Reflexões e Ações Proposta em uma Sequência Didática.

CDD:370

Vanessa Laurentina Maia
Crb8 71/97
Bibliotecária Unimes

**MESTRADO PROFISSIONAL EM PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

**AMBIENTE COOPERATIVO E A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL-
REFLEXÕES E AÇÕES PROPOSTA EM UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA**

JANAÍNA BEZERRA PEREIRA

CENTRO DE ESTUDOS UNIFICADO BANDEIRANTE - SANTOS - SP

JANAÍNA BEZERRA PEREIRA

ORIENTADORA: PROF^a DR^a ELISETE GOMES NATÁRIO

**AMBIENTE COOPERATIVO E A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL -
REFLEXÕES E AÇÕES PROPOSTA EM UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA**

SANTOS

2023

RESUMO

Este produto é uma sequência didática que compõe à Dissertação de Mestrado Profissional em Práticas Docentes do Ensino Fundamental intitulada `Ambiente Cooperativo no 5º Ano do Ensino Fundamental de uma Escola Pública da Baixada Santista – SP – perspectivas e possibilidades`. O objetivo é auxiliar os docentes a desenvolverem um ambiente cooperativo em sala de aula no ensino fundamental. A sequência didática abrange 10 aulas destinadas ao docente para serem desenvolvidas com seus estudantes. Nesse produto educacional o destaque são os jogos cooperativos, pois possibilitam trabalhar a empatia, cooperação, respeito e reflexão sobre ambiente cooperativo e a inclusão.

Palavras-chave: jogos cooperativos; empatia; cooperação; práticas docentes; ensino fundamental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	86
OBJETIVOS.....	87
Objetivo geral.....	87
Objetivos específicos.....	87
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	87
SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	95
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	108
REFERÊNCIAS.....	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vídeo “A colher do cabo grande”	96
Figura 2 - Alguns estão em posições privilegiadas.....	97
Figura 3 - Organização de sala de aula.....	99
Figura 4 - Juntos em direção ao mesmo propósito.....	101
Figura 5 - A importância de uma boa comunicação.....	102
Figura 6 - Relação de confiança e respeito.....	104
Figura 7 - Produção textual	106
Figura 8 - Cooperando em prol de um ambiente cooperativo.....	107

1 INTRODUÇÃO

Esta sequência didática compõe a Dissertação intitulada `Ambiente Cooperativo no 5º Ano do Ensino Fundamental de uma Escola Pública da Baixada Santista – SP – perspectivas e possibilidades`. A pesquisa foi realizada em uma escola pública localizada na Baixada Santista, São Paulo, como parte do Mestrado Profissional em Práticas Docentes do Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana (UNIMES).

Zaballa (1998) descreve que a sequência didática consiste em um conjunto meticulosamente organizado de atividades voltadas ao processo de ensino e aprendizado. Essas atividades são cuidadosamente planejadas em uma ordem sequencial e progressiva, com o propósito específico de alcançar metas educacionais. O objetivo é incentivar os professores a elaborarem aulas que propiciem aos seus estudantes a desenvolver habilidades que favoreçam a construção de um ambiente cooperativo em sala de aula, utilizando os jogos cooperativos como recurso.

Conforme a perspectiva de Zaballa (1998), a sequência didática se configura como uma estrutura organizacional que sugere um conjunto de atividades com o propósito de auxiliar o educador na identificação de um dilema inicial. Esse dilema emerge da lacuna entre o conhecimento prévio acerca da situação problemática e o conhecimento necessário a ser adquirido. Tal abordagem desempenha um papel crucial ao promover a colaboração do estudante e cultivar nele um sentimento de competência e motivação para abordar e resolver esse conflito, conduzindo-o a agir de maneira independente. O autor sustenta que a razão primordial para a adoção dessa metodologia no contexto educacional se fundamenta em dois aspectos essenciais: em primeiro lugar, na delimitação dos conteúdos; e, em segundo lugar, na relevância que uma atividade específica para os estudantes.

Assim, a concepção da sequência didática foi pensada com base na categorização dos conteúdos, de acordo com Zabala (1998), que propõe que uma sequência deve englobar três elementos cruciais: o conteúdo conceitual, o conteúdo procedimental e o conteúdo atitudinal.

OBJETIVOS

Objetivo geral: auxiliar o docente a desenvolver um ambiente cooperativo em sala de aula do ensino fundamental.

Objetivos específicos

- Refletir como o professor pode contribuir para um ambiente cooperativo;
- Possibilitar o professor a repensar suas práticas pedagógicas e sugerir práticas que contribuam para o ambiente cooperativo em sala de aula;
- Possibilitar o professor a repensar suas práticas pedagógicas que possam dificultar um ambiente cooperativo em sala de aula.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Dialogando com teorias que proporcionam um ambiente cooperativo em sala de aula

No âmbito de uma abordagem educacional voltada para o estabelecimento de um ambiente cooperativo em sala de aula, diversos elementos assumem relevância fundamental. Nesse contexto, abordaremos a cooperação, os jogos cooperativos, as fases do desenvolvimento, segundo a teoria de Piaget (1932/1994)) e a prática da assembleia de classe como componentes essenciais. A interligação entre esses elementos reside no objetivo compartilhado de estimular os estudantes a transcender o egocentrismo, incentivando o protagonismo e instigando-os a assumir posições participativas.

Diversos autores, incluindo Araújo (2008), Freire (1977), Brotto (2001) e outros, sustentam a premissa de que a interação do sujeito com seus pares desempenha um

papel crucial no processo de desenvolvimento individual. Este aspecto é particularmente relevante no contexto da promoção da cooperação e na formação de indivíduos que manifestem disposições cooperativas em suas interações sociais.

Araújo (2008) enfatiza a influência significativa das relações interpessoais no crescimento e na aprendizagem dos indivíduos. Freire (1977), por sua vez, ressalta a importância da educação dialógica e da conscientização social como meio de fomentar uma cultura de colaboração. Brotto (2001), em suas investigações, realça a relevância dos jogos cooperativos como recursos que promovem a interação positiva entre os participantes, fortalecendo assim os alicerces da cooperação. A seguir veremos o posicionamento dos autores.

A formação da consciência lógica e moral é resultado das condições psicossociais que surgem quando o indivíduo interage com a sociedade e o ambiente ao seu redor (Araújo, 2001). Quando nos deparamos com outras pessoas, a cooperação desempenha um papel fundamental na aceleração dos processos de conscientização, possibilitando que o indivíduo estabeleça padrões para o raciocínio e para o funcionamento adequado da sua mente.

Freire (1977) nos aponta que a comunicação brota da interação colaborativa entre pessoas, no contexto de adquirir conhecimento. É pertinente pensar que a educação se configura como uma modalidade única de comunicação. Nas dinâmicas sociais entre aqueles que se encontram em processo de aprendizado, emerge uma síntese dialética, desdobrando-se em momentos inseridos em um processo que mistura a comunicação e a educação, tudo isso dentro de um contexto cultural específico. Para uma compreensão adequada disso, é fundamental reconhecer a natureza intersubjetiva dessas relações, ou seja, a participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo. Para alcançar uma aprendizagem eficaz, é importante que os estudantes desempenhem um papel ativo ao se envolverem profundamente na aquisição de conhecimento, participando ativamente e ganhando experiência prática. Nesse contexto, é pertinente considerar a inclusão dos jogos cooperativos como uma estratégia.

O jogo cooperativo emerge como um valioso aliado no aprimoramento das competências necessárias para o desenvolvimento do estudante, fomentando, como o

próprio termo sugere, a colaboração mútua. O seu propósito primordial reside na promoção de uma sinergia entre os participantes, incentivando-os a trabalhar em conjunto, compartilhar conhecimentos e habilidades, e alcançar objetivos comuns. Nesse contexto, a prática do jogo cooperativo não apenas aprimora as capacidades de cooperação dos estudantes, mas também nutre uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, promovendo a empatia, a comunicação eficaz e a resolução conjunta de desafios. Brotto (2001) afirma que ao estimular e cultivar as habilidades individuais, aptidões, talentos e singularidades como peças essenciais no contexto amplo da convivência, estamos fortalecendo a importância vital de cada pessoa no grande quebra-cabeça da coexistência. O jogo cooperativo oferece uma oportunidade única para sintetizar a sinergia entre a autoestima pessoal e as interações com os outros, resultando em efeitos educacionais e transformações notáveis.

Brotto (1999) salienta que os jogos cooperativos surgiram como uma resposta à crescente ênfase dada ao individualismo e à competição intensa na sociedade contemporânea, especialmente na cultura ocidental. A competição, vista como um valor intrínseco e típico da sociedade humana, foi incorporada em praticamente todos os aspectos da vida social. Para promovermos um ambiente cooperativo sentimos necessidade de conhecermos as etapas de desenvolvimento dos estudantes, pois isso nos permite identificar em qual estágio de desenvolvimento se encontram e estabelecer metas para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, recorreremos às contribuições de Piaget como referência.

As etapas do desenvolvimento estudadas por Piaget, segundo os autores Vinha e Togneta (2009), nos revelam a fase específica de desenvolvimento na qual o estudante se encontra, proporcionando, assim, diretrizes para nós educadores estimularem ainda mais o seu desenvolvimento para a próxima fase.

Vinha (2000) relata que essas fases não representam estágios de desenvolvimento moral, mas sim atitudes predominantes identificadas em faixas etárias específicas. Piaget identifica três "etapas" de julgamento moral em crianças: a fase da pré-moralidade, na qual o indivíduo carece completamente de qualquer senso de obrigação em relação às normas sociais; a fase da heteronomia ou realismo moral, em que existe uma relação de submissão ao poder, ou seja, acredita-se que o certo é

obedecer às ordens da pessoa que detém a autoridade; e, por fim, a fase da autonomia moral, caracterizada por uma nova compreensão das normas, na qual o sentimento de aceitação ou obrigação em relação a essas normas está enraizado em relações de troca mútua e reciprocidade.

Piaget destaca que no início da vida, a criança encontra-se em um estado de anomia, ou seja, em uma completa falta de regras. O recém-nascido não possui conhecimento sobre o que é apropriado ou inapropriado, e tampouco compreende as normas da sociedade na qual está inserido. À medida que a criança cresce, ela começa a desenvolver a autopercepção e a percepção dos outros, bem como a entender que existem ações que são permitidas e outras que não o são (Vinha; Tognetta, 2009).

Na fase da heteronímia, a criança já reconhece a distinção entre o certo e o errado, mas é a autoridade dos adultos que estabelece essas distinções, ou seja, as regras têm origem nas figuras mais velhas. Naturalmente, a criança é guiada pelo controle exercido por outras pessoas e acredita que é correto acatar as diretrizes impostas pelas autoridades, que podem ser seus pais, professores ou qualquer adulto que ela respeita. A criança mais jovem ainda não compreende plenamente o propósito por trás das regras, mas as segue devido ao respeito que tem pela fonte das mesmas, que inclui seus pais e outras pessoas de grande importância em sua vida. Além do desejo de obedecer às ordens motivado pelo amor, a criança também teme a autoridade em si, teme perder o afeto, a proteção e a confiança das pessoas que a amam. Esse estágio é marcado pelo temor de possíveis punições, repreensões e a perda do cuidado. Nessa fase, o controle é principalmente externo (Vinha; Tognetta, 2009).

Os autores afirmam que na fase da autonomia, é necessário conciliar os diversos fatores relevantes para tomar decisões que beneficiem a todos os envolvidos, levando em conta o princípio da equidade ao fazer escolhas. Isso significa considerar as diferenças, os direitos, os sentimentos, as perspectivas pessoais e as dos outros ao tomar decisões. O indivíduo que alcança a autonomia segue princípios morais que emanam de seus sentimentos internos, os quais o motivam a priorizar o bem-estar dos outros além do seu próprio, promovendo a reciprocidade. Nesse estágio, as regras não mais se originam de influências externas, da comunidade ou de uma autoridade (como

ocorre na moral heterônoma), mas são auto geradas pelo próprio indivíduo (autorregulação) (Vinha; Tognetta, 2009)

Montoya (2004) argumenta que a promoção da autonomia individual nas instituições educacionais é mais eficaz quando se adota uma abordagem de educação moral ativa. Isso implica não apenas em proporcionar experiências morais que evitem a coerção, como muitas vezes ocorre em práticas morais autoritárias, mas também, e de maneira preponderante, em fomentar a cooperação. Para os participantes de um ambiente escolar ativo, a educação moral não deve ser encarada como uma disciplina isolada, mas sim como um componente intrínseco do sistema educacional como um todo.

Para Puig (2000) a tomada de decisões democráticas oferece uma gama de experiências cruciais para o desenvolvimento de sua educação moral. Lidar com os desafios inerentes à convivência em sociedade, sem simplesmente evitá-los ou buscar soluções mecânicas, mas sim enfrentá-los com justiça e solidariedade, são vivências que deveriam ser proporcionadas aos nossos estudantes.

O desenvolvimento dos princípios éticos, através do respeito mútuo, da prática contínua da justiça e da tomada de decisões responsáveis, pode resultar na formação de uma autodisciplina que capacita o indivíduo a gerir seu próprio comportamento, em vez de simplesmente seguir instruções que possam estar em conflito com sua própria consciência (Tognetta; Vinha 2007).

Freire (2014) enfatiza que as crianças devem desenvolver sua habilidade de pensar, questionar, duvidar e experimentar por si mesmas, em vez de apenas seguir programas que lhes são mais do que oferecidos, impostos. É fundamental garantir às crianças o direito de aprender a tomar decisões, pois é através da tomada de decisões que o aprendizado é efetivamente alcançado.

Em vez de buscar uniformidade e eliminar as distinções e desentendimentos, a instituição escolar pode ser um meio para cultivar as habilidades de diálogo e fomentar valores como a não-violência, o respeito, a justiça, a democracia, a solidariedade e muitos outros, como salienta Araújo (2008). O aspecto mais relevante é que isso deve

ocorrer na prática cotidiana, a partir das situações conflituosas que surgem diariamente, em vez de ser apenas uma abordagem teórica.

A ideia de dialogismo não invalida a importância de momentos explicativos ou narrativos em que o professor apresenta informações sobre o assunto. O aspecto essencial é que tanto o professor quanto os alunos estejam cientes de que sua postura, seja ao falar ou ao ouvir, deve ser orientada pelo diálogo, pela abertura, pela curiosidade e pela busca de questionamentos, em vez de uma atitude passiva. O que realmente importa é que tanto o professor quanto os estudantes adotem uma atitude epistemologicamente curiosa (Freire 1998).

Argüís (2002) afirma que um ambiente de formação moral, já que valores como o respeito, a colaboração, a solidariedade e a justiça são internalizados por meio delas, ao mesmo tempo em que são exercidas habilidades psicomorais, como empatia, diálogo, compreensão, discernimento e autorregulação.

A formação democrática para a cidadania tem como objetivo principal cultivar as habilidades necessárias para que as pessoas possam participar ativamente na esfera pública e política. Isso visa construir indivíduos moralmente conscientes que busquem, de maneira virtuosa e deliberada, o bem-estar pessoal e coletivo, com a felicidade como meta. Para alcançar esse propósito, a educação deve, entre outras coisas, concentrar-se no desenvolvimento de competências que permitam lidar com a diversidade, gerenciar conflitos de ideias, enfrentar influências culturais e compreender os sentimentos e emoções que permeiam as relações individuais com o mundo ao seu redor. Nesse contexto, a assembleia escolar emerge como um espaço valioso para a assimilação dos princípios democráticos, motivando os estudantes e estimulando a educação em valores (Araújo, 2012).

O autor nos traz diz que o modelo de assembleias se baseia na democracia participativa, que procura promover a discussão de questões do dia a dia no âmbito coletivo, encorajando o envolvimento ativo das pessoas e a colaboração do grupo na busca de soluções para os assuntos em pauta. Isso é feito com o devido respeito e aceitação das diferenças que naturalmente existem em relação aos valores, crenças e desejos de todos os membros que participam dessas assembleias (Araújo, 2008).

Puig (2000) contribui dizendo que uma escola democrática, concebe a participação como um engajamento que combina o uso da comunicação verbal com o compromisso de agir. Isso implica que a participação seja fundamentada tanto no diálogo quanto na concretização de acordos e projetos coletivos. Uma participação autêntica na vida escolar requer tanto a disposição para compreender quanto a disposição para tomar medidas. A democracia participativa deve criar um ambiente que capacite todos os envolvidos na instituição educacional a se engajarem ativamente, possibilitando a coordenação de diferentes perspectivas, que abrangem desejos, objetivos, deveres e responsabilidades. Tudo isso converge para um reconhecimento do significado global das tarefas escolares.

As assembleias promovem uma transformação profunda na maneira como as interações interpessoais são desenvolvidas na escola e, quando combinada com relacionamentos marcados pelo respeito recíproco, efetivamente facilita a criação de um ambiente escolar caracterizado pelo diálogo e pela democracia. O autor diz que a escola e a sala de aula representam ambientes especialmente propícios para a realização desse tipo de formação. Afinal, elas se configuram como espaços públicos, atualmente mandatórios, onde as pessoas passam a maior parte de seu dia, convivendo com uma variedade de valores, crenças, desejos, histórias e culturas distintas. Em vez de buscar uniformidade e eliminar as diferenças e os conflitos, podemos utilizar a instituição escolar como um meio para promover o desenvolvimento das habilidades de diálogo e valores como não-violência, respeito, justiça, democracia, solidariedade e muitos outros. O que é ainda mais crucial é que isso deve ser realizado na prática diária, a partir dos conflitos que emergem cotidianamente (Araújo, 2008).

Zabala (1998) relata que cidadãos que possuem a capacidade de agir com independência e responsabilidade dentro de um sistema democrático. Em outras palavras, essas escolas têm incorporado como elementos de ensino os valores e comportamentos democráticos, a capacidade de avaliação crítica, a responsabilidade individual, a aceitação das opiniões alheias, o pensamento independente e outros aspectos relacionados a atitudes.

A empatia desempenha um papel de destaque em qualquer relação e é, sem dúvida, um dos elementos mais cruciais para impulsionar transformações e facilitar o

processo de aprendizagem. Quando o professor mostra que compreende como as experiências em sala de aula são significativas para o estudante, isso tem um impacto positivo no processo de aprendizagem (Rogers, 1977).

A comunicação entre professores e alunos não implica em torná-los idênticos, mas sim em estabelecer uma relação de igualdade e respeito mútuo. Os professores e os alunos são diferentes por várias razões, e é justamente essa diferença que os torna únicos. Se fossem iguais, não haveria distinção entre eles. O diálogo ganha importância porque os participantes não apenas mantêm suas identidades, mas também as valorizam, permitindo que cresçam mutuamente (Freire, 1992).

A democracia na esfera escolar e social; a atuação ativa e a participação na sociedade; os princípios morais e éticos; a compreensão de como estratégias para resolver conflitos podem desempenhar um papel fundamental na formação ética e psicológica das pessoas, bem como na modificação das relações interpessoais dentro do contexto escolar. É importante manter um ambiente propício para o diálogo, e as assembleias desempenham um papel significativo na promoção de valores socialmente aceitáveis. Entretanto, é importante que um grupo coletivo não tome decisões que vão além de sua esfera de responsabilidade, uma vez que isso poderia resultar em consequências prejudiciais para a vida de outras pessoas. O propósito de uma assembleia consiste em abordar princípios e atitudes, a partir dos quais são desenvolvidas as normas para a governança coletiva e as soluções para os problemas. São debatidos temas como conflitos na escola, manutenção da limpeza das salas, questões relacionadas a assédio moral ou sexual, bem como situações que estejam prejudicando o andamento das aulas devido a determinados comportamentos, em vez de focar nas identidades dos responsáveis por tais transgressões. Isso ocorre porque as regras não devem ser direcionadas de maneira individual, voltadas para uma pessoa ou um grupo restrito, mas sim devem ter uma abordagem coletiva (Araújo, 2004).

Podemos observar que a promoção de um ambiente cooperativo na sala de aula requer a incorporação de elementos como empatia, colaboração, democracia, participação e respeito. Além disso, compreender a fase de desenvolvimento em que cada estudante se encontra e elaborar estratégias direcionadas para fomentar o seu desenvolvimento.

Paulo Freire diz:

Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do "status quo" porque o dominante o decreta. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica (Freire, 2002, p. 43).

Mesmo diante dos desafios que nos são apresentados, nós, educadores, devemos manter nossa perseverança. Estagnar não é uma alternativa viável. Embora a educação não detenha poder absoluto, ela certamente possui a capacidade de produzir impactos significativos. É nessa capacidade de transformação que devemos nos ancorar, acreditando que a educação possui o potencial não apenas de influenciar o ambiente da sala de aula, mas tudo que nos cerca.

6 DESENVOLVIMENTO

Sequência Didática

Duração: 10 aulas

Público alvo: docentes do ensino fundamental.

Primeira etapa

Duração: 1 aula

Aula 1 – Refletir com o professor a importância do ambiente cooperativo

Objetivo: Nesta primeira aula dedicada exclusivamente aos docentes, o objetivo é proporcionar uma compreensão da importância da reflexão e da ação dentro do seu ofício.

Procedimento: Apresentarei um texto de Pereira e Natário (2022). Além disso, assistiremos aos vídeos Colheres do Cabo Grande (disponível em https://www.youtube.com/watch?v=-NQIcS4_KBo) e O Farol da Responsabilidade (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cUuKDRzs3F4>).

Figura 1 - Vídeo “A colher do cabo grande”



Fonte: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=-NQIcS4_KBo

Após assistirmos aos vídeos e realizarmos a leitura do texto, teremos um diálogo, onde cada um terá a oportunidade de compartilhar o ponto mais significativo para si.

Propomos uma dinâmica interativa. Com todos os participantes sentados em fileiras, cada indivíduo será instruído a escrever seu nome em um pedaço de papel, amassá-lo e formar uma bolinha para então, no comando, tentar acertar o cesto de lixo. Após a atividade, cada um relatará suas experiências. É possível que os participantes que estavam mais distantes possam levantar questões sobre a justiça da dinâmica, considerando as diferentes posições. Este é o debate que desejamos fomentar.

Agora descreva dois sentimentos: uma sensação de atingir o objetivo e o outro de não atingir. Colocaremos as perguntas. O que te impede de ajudar quem está numa posição menos privilegiada que a sua? Qual seria o clima do ambiente se todos atingissem o objetivo?

Figura 2 - Arremessadores em posição privilegiada na dinâmica



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=U-hlwbGPmJU>

Referências

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo. Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: LDB, 1996

CURY, L. **Revisitando Morin: os novos desafios para os educadores**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/44901>. Acesso em: 11 set 2022.

DEWEY, J. **Como Pensamos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas e as condições de produção**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/16243>. Acesso em: 11 dez. 2023.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GIROUX, H. Professores como intelectuais In: **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PEREIRA, Janaína B. e NATÁRIO, Elisete G. **A importância do professor utilizar a práxis em sua prática pedagógica**. Congresso Movimentos Docentes, 2022.

SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ A. L. P. **Compreender o ensino na escola: modelos metodológicos de investigação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2008.

SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Aulas 2 e 3

Objetivos: Demonstrar aos professores que os estudantes podem se preparar para as aulas quando são subsidiadas orientações com antecedência. Dessa forma, os educandos podem se interessar mais pelo conteúdo, uma vez que tiveram a oportunidade de construir conhecimentos prévios.

Procedimento: Os estudantes farão uma pesquisa entrevistando seus familiares e no dia seguinte apresentarão o trabalho. Perguntas:

- O que é cooperação?
- Você já cooperou ou presenciou um momento de cooperação? Descreva.
- Por que é importante cooperar em casa, no trabalho, com os familiares e amigos?

No momento da apresentação, organizar a sala de aula de forma que todos consigam se olhar, assim não ficam constrangidos em ter que se levantar para apresentação e podem ficar mais à vontade.

Figura 3 - Organização de sala de aula



Fonte: <https://www.deviantart.com/ckonan/art/Sala-de-aula-em-circulo-257371730>

Essa atividade propicia que os estudantes venham preparados para a aula, pois já pesquisaram.

Para acrescentar a explicação assistir um vídeo sobre a importância do trabalho em equipe [A importância do trabalho em equipe](#)

Após o vídeo refletir e dialogar sobre o tema.

Perguntar aos estudantes se já ouviram falar em jogos cooperativos, em seguida explicar que jogos cooperativos é uma atividade que deve ser prazerosa, divertida, que não existe perdedor, cujo objetivo é um ajudar o outro, sendo assim sua finalidade é promover a união entre indivíduos, fortalecer a confiança tanto em si mesmo quanto nos demais participantes.

Em seguida, oportunizar um jogo cooperativo. Três estudantes terão dois bambolês, os estudantes ficarão dentro de um bambolê, o outro ficará no chão na frente, os estudantes passarão para o outro bambolê, colocarão o outro na frente, fazendo assim um caminho o qual só poderão se movimentar dentro dos bambolês até o outro lado da quadra.

Após o jogo cooperativo, os estudantes responderão as perguntas.

- Como você se sentiu jogando?
- Alguém ficou triste quando acabou o jogo?
- O que foi importante nesse jogo?
- Como contribuir para proporcionar um ambiente cooperativo na escola, em casa e na sociedade?

Recursos: Aparelho eletrônico para reproduzir o vídeo; bambolê; papel e lápis.

Avaliação: A avaliação será realizada de forma contínua, permitindo a identificação das dificuldades enfrentadas pelos estudantes e acompanhando de perto o interesse, envolvimento e progresso do aprendiz ao longo do período.

Figura 4 – Juntos em direção do mesmo propósito



Fonte: <https://recantodacronica.blogspot.com/2010/05/uniao-faz-forca.html>

Referências

BROTTO, Fábio O. **Jogos cooperativos**: se o importante é competir, o fundamental é cooperar. Santos (SP): Projeto Cooperação, 1999.

Vídeo de Jogos Cooperativos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YvM9UQzJbJw>. Acesso em: 20 set. 2023.

Segunda parte

Duração: 2 aulas - **Aulas 4 e 5**

Objetivo: Promover a discussão sobre a importância da comunicação não violenta.

Procedimento: Nessa aula será trabalhada a importância da comunicação, da escuta ativa, de falar e de respeitar.

Assistir um vídeo sobre a importância da comunicação e da comunicação não violenta. [Animação sobre Empatia e CNV: Por trás de cada Julgamento existe um Por Favor](#) [A importância da comunicação | B2 Mídia Comunicação](#) [O Poder da Comunicação - Curta Metragem A Ponte](#)

O conteúdo dos vídeos possibilita a reflexão sobre a importância da comunicação, o quanto ela pode ser benéfica e maléfica nas nossas vidas.

Faremos pequenos grupos com aproximadamente 4 estudantes e no final de cada vídeo os estudantes terão um tempo para refletir, dialogar e registrar o assunto do vídeo.

Em seguida faremos um jogo cooperativo envolvendo comunicação. Os estudantes serão organizados em grupos, uma parte do grupo estará de olhos vendados e a outra parte terá que fornecer comandos para o seu deslocamento até um determinado objeto.

Reflexão e diálogo sobre a experiência.

Recursos: Aparelho eletrônico para reproduzir o vídeo; tecido; papel e lápis.

Avaliação: A avaliação será realizada de forma contínua, permitindo a identificação das dificuldades enfrentadas pelos estudantes e acompanhando de perto o interesse, envolvimento e progresso ao longo do período.

Figura 5 - A importância de uma boa comunicação



Fonte: <http://nicolelara.com.br/2019/08/30/comunicacao-nao-violenta-voce-fala-o-que-realmente-quer-dizer/>

Referências

BROTTO, Fábio O. **Jogos cooperativos**: se o importante é competir, o fundamental é cooperar. Santos (SP): Projeto Cooperação, 1999.

Oliveira, B. G. de; Vasconcelos, Neila. **Guia Prático de CNV: Comunicação Não Violenta para crianças e adultos** eBook Kindle.

Santos, Maria A. da S. C. **A Comunicação não violenta como instrumento para uma cultura de paz: uma proposta para as escolas da rede estadual de Sergipe**. Disponível em:

<https://periodicos.set.edu.br/ideiaseinovacao/article/view/5611/2834>. Acesso em: 21 set. 2023.

Terceira parte

Duração: 2 aulas - **Aulas 6 e 7**

Objetivo: Promover discussão sobre o impacto transformador de atitudes pessoais na vida de outras pessoas.

Procedimento: Iniciaremos a aula fazendo uma pergunta para os estudantes. O que é confiança e respeito? Dialogar e assistir vídeos sobre o tema.

[Pequenas coisas que fazem a diferença.](#)

[A importância do respeito mútuo e da empatia](#)

[HISTÓRIA PARA CRIANÇAS - SOBRE RESPEITO](#)

O primeiro vídeo diz que coisas simples podem fazer a diferença na vida das pessoas, no segundo vídeo os estudantes observarão que uma simples atitude pode resolver um problema e no terceiro enfatiza que desperdiçamos o tempo com coisas que não são importantes.

No final de cada vídeo os estudantes devem registrar características importantes e ao finalizar todos os vídeos, fazer uma roda de conversa para saber a percepção de cada um.

Fazer um jogo cooperativo que envolve confiança e respeito. Cerca de seis estudantes formam um grupo, onde cinco posicionam-se em estreita proximidade, formando um círculo, enquanto um estudante ocupa o centro desse círculo. O

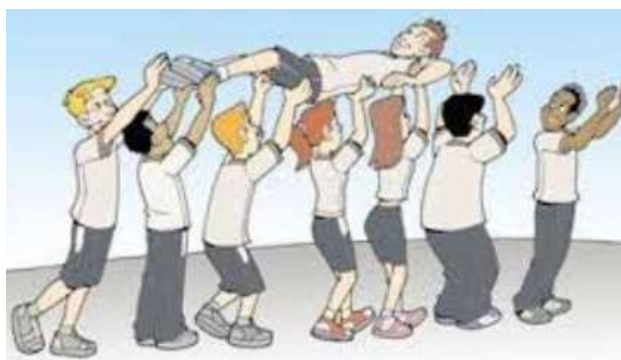
estudante central, com leveza, inclina-se delicadamente para um dos lados, e os que o cercam têm a tarefa de sutilmente empurrá-lo de um lado para o outro.

Para finalizar essa etapa peça aos estudantes para relatarem a experiência.

Recursos: Aparelho eletrônico para reproduzir o vídeo; papel e lápis.

Avaliação: A avaliação será realizada de forma contínua, permitindo a identificação das dificuldades enfrentadas pelos estudantes e acompanhando de perto o interesse, envolvimento e progresso do aprendiz ao longo do período.

Figura 6 - Relação de confiança e respeito



Fonte: Livro Didático Público/Educação Física 2ª ed.

Referências

Freire, Paulo; *Pedagogia do Oprimido*, 43 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

GOLEMAN, Daniel; **Inteligência emocional**. 48 ed. Objetiva. 1995

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

Quarta parte

Duração: 02 - Aulas 8 e 9

Objetivo: Registrar em forma de texto as habilidades e conhecimentos construídos pelos estudantes ao longo das aulas.

Procedimento: Chegou o momento dos estudantes colocarem em prática o que aprenderam. Nessa etapa faremos um livro, cujo tema é cooperando para um mundo melhor.

Cada estudante fará um texto relatando como pode contribuir para um mundo melhor, unindo todos os textos teremos um livro, cada estudante será responsável por digitar o seu texto, juntos darão ideias para a capa do mesmo e escolherão o estudante com mais aptidão para desenhá-la. Com o objetivo de inspirar no desenvolvimento dos textos, sugiro assistir os vídeos [Um Mundo Melhor - História Infantil/Livro Animado/Desenho Animado/AudioBook/Historia Dia Dos Pais/Livro Audi Sou a Escola - do livro "100% Música - 5" dos Profs. Ant.º Neves, David Amaral e Jorge Domingues.2004](#) O vídeo que já fez muitas pessoas chorarem - [Motivação, Empatia, Ajuda...](#)

O primeiro vídeo é a narração de um livro infantil, cujo personagem é o pai relatando que queria dar um mundo melhor ao seu filho e para isso ele sempre faz o seu melhor; no segundo vídeo é a letra de uma música dizendo que a criança é a esperança de um futuro melhor; no terceiro trata de crianças que se sensibilizam com a limitação do outro e adapta o jogo para que todos possam brincar.

Recursos: Aparelho eletrônico para reproduzir o vídeo; papel e lápis.

Avaliação: A avaliação será realizada de forma contínua, permitindo a identificação das dificuldades enfrentadas pelos estudantes e acompanhando de perto o interesse, envolvimento e progresso do aprendiz ao longo do período.

Figura 7 - Produção textual



Fonte: <https://www.gratispng.com/png-r05hfq/>

Referências

HAPPECK, Lucineia H. **Construindo Autonomia num Ambiente Cooperativo: Estações de Aprendizagem e a Coletividade dos Saberes**, Trabalho de Conclusão de Curso, PEAD/UFRGS, 2019.

ARAÚJO, Ulisses F. **Resolução de conflitos e assembleias escolares**. Disponível em: <file:///home/chronos/ue13075237dfa8ed35a35c9664dbdd6e63f791be7/MyFiles/Downloads/1743-2368-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.

_____. **Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares**. São Paulo: Summus, 2015

Quinta parte

Aula 10

Objetivos: Propiciar ao estudante para que ele seja o protagonista e exponha o seu conhecimento.

Duração: 1 aula

Procedimento: Fazer um evento para apresentar o livro a família. Todos os estudantes devem cooperar para esse evento. Nele os estudantes explicariam a

importância da cooperação, lerão trechos do seu texto, outros lerão na íntegra e assistiremos vídeos dos estudantes relatando como foi a experiência de participar dos jogos cooperativos. Vídeo gravado após cada jogo cooperativo desenvolvido nas aulas. Para finalizar, um coral com a música do segundo vídeo que também serviu de inspiração para o desenvolvimento do texto.

Recursos: Aparelho eletrônico para reproduzir o vídeo.

Avaliação: A avaliação estará sendo realizada de forma contínua, permitindo a identificação das dificuldades enfrentadas pelos estudantes e acompanhando de perto o interesse, envolvimento e progresso do aprendiz ao longo do período. Nesta última aula da sequência didática, o professor participante deverá avaliar como foi sua participação sequência didática, a participação do professor mediador.

Figura 8 - Cooperando em prol de um ambiente cooperativo



Fonte: <https://www.gratispng.com/png-r05hfq/>

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. - 2014

_____. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A educação no Brasil requer uma melhoria substancial na qualidade do ensino que se propõe a oferecer. Este material que desenvolvemos tem como objetivo auxiliá-lo em sua prática, fornecendo ideias e incentivando a reflexão sobre a possibilidade de promover um ambiente cooperativo em sala de aula

As atividades apresentadas neste material emergiram de minha pesquisa do Mestrado intitulada “Ambiente Cooperativo no 5º Ano do Ensino Fundamental de Uma Escola Pública da Baixada Santista – SP – perspectivas e possibilidades”. É importante compreender que o conteúdo que elaboramos para uma turma pode não obter os mesmos resultados em outra, por isso, é necessário que o docente sempre repense suas práticas de acordo com as necessidades da sua turma.

Desde já, expresso minha gratidão pela chance de fornecer um arcabouço teórico e metodológico na tentativa de contribuir para a prática docente no ensino fundamental.

Referências (do produto)

ARAÚJO, Ulisses F. Assembleia de Classe. In: FERREIRA, N. S. (Org.). **As organizações dos estudantes na escola**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 119-135.

ARAÚJO, Ulisses F. O ambiente escolar cooperativo e a construção do juízo moral infantil: sete anos de estudo longitudinal. **Rev. Online**. Campinas, SP, v.2, n.2 , p.1-12, fev.2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1067/1082>. Acesso: 18 maio 2022.

_____. (Org.). **Autoridade e autonomia na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.

ARAÚJO, Ulisses F. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. **Educ. Pesquisa**. 2000, v. 26, n.2, p.91-107. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022000000200007. Acesso: 15 mar. 2023.

ARAÚJO, Ulisses F. **Resolução de conflitos e assembleias escolares**. Disponível em: <file:///home/chronos/ue13075237dfa8ed35a35c9664dbdd6e63f791be7/MyFiles/Downloads/1743-2368-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.

_____. **Autogestão na sala de aula**: as assembleias escolares. São Paulo: Summus, 2015.

_____. **Assembléia escolar**: um caminho para a resolução de conflitos. São Paulo, Moderna, 2004.

ARAÚJO, E. S. A aprendizagem e o desenvolvimento profissional docente sob as luzes da perspectiva histórico-cultural. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 12., Curitiba, 2004. **Anais...** Curitiba, 2004. p. 3507-3518. CD-ROM.

ARAÚJO, Maria Teresa. **Assembleia de classe**: democracia e participação na escola. São Paulo: Cortez, 2012.

ARGÜÍS, R. et al. **Tutoria**: com a palavra, o aluno. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Link de Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf - Acesso: 20 maio 2022.

BRASIL. Lei 9394. LDB – **Lei das Diretrizes e Bases da Educação**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm – Acesso em: 20 maio 2022.

BROTTO, Fábio O. **Jogos Cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. Santos, SP: Projeto Cooperação, 2001.

BROTTO, Fábio O. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. 1999. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BROTTO, Fábio O. **Jogos cooperativos**: se o importante é competir, o fundamental é cooperar. Santos (SP): Projeto Cooperação, 1999.

BROTTO, Fábio Otuzi; BROTTTO, Raquel Fuzaro. **Jogos Cooperativos: O Jogo e o Esporte como um Exercício de Convivência**. São Paulo: Phorte, 2008.

CAMINO, Cleonice; CAMINO, Leoncio; LEYENS, Jacques-Philippe. Julgamento moral, emoção e empatia. In: TRINDADE, Zeidi Araujo; CAMINO, Cleonice (org.). **Cognição social e juízo moral**. Rio de Janeiro: Coletâneas da ANPEPP, 1996. p. 109-135.

COLAÇO, V. de F. R. Processos interacionais e a construção de conhecimento e subjetividade de crianças. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 333-340, 2004.

COLL SALVADOR, C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

CURY, Lucilene. **Revisitando Morin: os novos desafios para os educadores**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/44901>. Acesso: 11 dez. 2023.

CURY, Augusto. **Você é insubstituível**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.
DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Vozes, 1978.

FORMAN, E.; McPHAIL, J. Vygotskian perspective on children's collaborative problem-solving activities. In: FORMAN, E.; MINICK, N.; ADDISON-STONE, C. (Ed.). **Contexts for Learning: sociocultural dynamics in children's development**. New York: Oxford University Press, 1993.

FREINET. **Pedagogia do bom senso**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Para uma escola do povo: guia prático para a organização material, técnica e pedagógica da escola popular**. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. - 2014.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. Autores Associados. São Paulo Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia do Oprimido**, 1987.

_____. **Educação como prática de liberdade**. 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, M. T. de A. Nos textos de Bakhtin e Vygotsky: um encontro possível. In: BRAIT, B. **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOLEMAN, D. **Inteligência social: o poder das relações humanas**. Rio de Janeiro: Elsevier: 2011.

GOLEMAN, Daniel. **Foco: A atenção e seu papel fundamental para o sucesso**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

HAPPECK, Lucineia H. **Construindo Autonomia num Ambiente Cooperativo: Estações de Aprendizagem e a Coletividade dos Saberes, Trabalho de Conclusão de Curso**, PEAD/UFRGS, 2019.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T. **Learning together and alone: Cooperative, competitive, and individualistic learning**. Allyn & Bacon. 1994.

LA TAILLE, Yves Marie Rodolphe de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Didática**, ed. Cortez. São Paulo, 2006.

LOPES, José; SILVA, Helena S. **A aprendizagem cooperativa na sala de aula – um guia prático para o professor**. Lisboa: Lidel - Edições Técnicas, 2009.

MORENO, C. I. **Educar em valores**. 3.ed. São Paulo: Editora Paulinas, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NÓVOA, António. **Aprendizagem precisa considerar o sentir**. [Entrevista concedida a] Luciana Alvarez. Revista Educação. Jun. 2021. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/06/25/antonio-novoa-aprendizagem-sentir/>. Acesso em 30 jun. 2023.

NUNES, Denise Bacellar. **Compreendendo os conceitos de empatia a partir de uma experiência pragmática em Competência em Informação (Coinfo): o Programa Jovens Talentos para a ciência da Universidade de Brasília – Unb**. 2018. Disponível em: <http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/view/File/306/29>. Acesso em 04 jul. 2023.

ORLICK, Terry. **Vencendo a competição**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

PARO, Vitor H. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais.** São Paulo: Xamã, 1997.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares.** Fortaleza, 2003.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

PIAGET, Jean (1932). **O juízo moral na criança.** São Paulo: Summus, 1994.

_____. **A psicologia da inteligência.** Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Edição Digital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Seis estudos de psicologia.** Tradução: Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva - 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

PIMENTA, S.G. **Didática e Formação de Professores: Percursos e Perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2012.

PUIG, Josep M. et al.. **Democracia e Participação Escolar: Propostas de Atividades.** São Paulo: Moderna, 2000.

PUIG, J. M. **Assembleia de Classe: Uma Escola Mais Democrática.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

REIS, Risolene Pereira. In. Mundo Jovem, nº. 373. Fev. 2007, p.6.

ROGERS, C. R. **Liberdade para Aprender: A experiência centrada no aluno.** Editora Merrill Pub Co. 1977.

SASTRE, G.; MORENO, M. **Resolução de conflitos e aprendizagem emocional.** São Paulo: Editora Moderna, 2005.

SLAVIN, R. E. **Aprendizagem cooperativa: Teoria, pesquisa e prática.** Porto Alegre: Artmed, 1995.

SOLER, Reinaldo. **Jogos cooperativos para a educação infantil.** 2. ed. Rio de Janeiro. Sprint, 2006.

SOLER, Reinaldo. **Jogos cooperativos.** Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola.** 2. ed. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2011.

VINHA, T. P. TOGNETTA, R.P. Construindo a Autonomia Moral na Escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-540, set./dez. 2009.

VINHA, T. P. **O educador e a moralidade infantil**: uma visão construtivista. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

VASCONCELOS, M. L. M. C; BRITO, R. H. P. **Conceitos de Educação em Paulo Freire**: Glossário. Rio de Janeiro: Vozes Ltda., 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

vídeos

Bisnagas Flix Oficial. Um mundo melhor. You Tube, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AjLXtcCZBBM>

GIMENEZ, Antônio Mendes. Jogos cooperativos IV, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m_NqiguBr-c

MELANCIA, Joel Alexandre Seabra. Sou a escola do livro 100% músic@. YouTube, 21 mar 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bj4A5U-dVr0>

2M Gestão & Treinamentos em Segurança do Trabalho. Motivação, empatia e ajuda. YouTube, 01 ago 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uT-imeXP3ZI>

Cooperação em ação. Confiança. YouTube, 11 set. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/5PAaTqRxgPw>

Conampe. A importância do trabalho em equipe. YouTube, 31 maio 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uR4DE_4GV7o

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F. Assembleia de Classe. In: FERREIRA, N. S. (Org.). **As organizações dos estudantes na escola**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 119-135.

ARAÚJO, Ulisses F. O ambiente escolar cooperativo e a construção do juízo moral infantil: sete anos de estudo longitudinal. **Rev. Online**. Campinas, SP, v.2, n.2 , p.1-12, fev.2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1067/1082>. Acesso: 18 maio 2022.

_____. (Org.). **Autoridade e autonomia na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.

ARAÚJO, Ulisses F. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. **Educ. Pesquisa**. 2000, v. 26, n.2, p.91-107. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022000000200007. Acesso: 15 mar. 2023.

ARAÚJO, Ulisses F. **Resolução de conflitos e assembleias escolares**. Disponível em: <file:///home/chronos/ue13075237dfa8ed35a35c9664dbdd6e63f791be7/MyFiles/Downloads/1743-2368-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.

_____. **Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares**. São Paulo: Summus, 2015.

_____. **Assembléia escolar: um caminho para a resolução de conflitos**. São Paulo, Moderna, 2004.

ARAÚJO, E. S. A aprendizagem e o desenvolvimento profissional docente sob as luzes da perspectiva histórico-cultural. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 12., Curitiba, 2004. **Anais...** Curitiba, 2004. p. 3507-3518. CD-ROM.

ARAÚJO, Maria Teresa. **Assembleia de classe: democracia e participação na escola**. São Paulo: Cortez, 2012.

ARGÜÍS, R. et al. **Tutoria: com a palavra, o aluno**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Link de Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf - Acesso: 20 maio 2022.

BRASIL. Lei 9394. LDB – **Lei das Diretrizes e Bases da Educação**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm – Acesso em: 20 maio 2022.

BROTTO, Fábio O. **Jogos Cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência**. Santos, SP: Projeto Cooperação, 2001.

BROTTO, Fábio O. **Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência**. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BROTTO, Fábio O. **Jogos cooperativos**: se o importante é competir, o fundamental é cooperar. Santos (SP): Projeto Cooperação, 1999.

BROTTO, Fábio Otuzi; BROTTTO, Raquel Fuzaro. **Jogos Cooperativos**: O Jogo e o Esporte como um Exercício de Convivência. São Paulo: Phorte, 2008.

CAMINO, Cleonice; CAMINO, Leoncio; LEYENS, Jacques-Philippe. Julgamento moral, emoção e empatia. In: TRINDADE, Zeidi Araujo; CAMINO, Cleonice (org.). **Cognição social e juízo moral**. Rio de Janeiro: Coletâneas da ANPEPP, 1996. p. 109-135.

COLAÇO, V. de F. R. Processos interacionais e a construção de conhecimento e subjetividade de crianças. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 333-340, 2004.

COLL SALVADOR, C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

CURY, Lucilene. **Revisitando Morin**: os novos desafios para os educadores. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/44901>. Acesso: 11 dez. 2022.

CURY, Augusto. **Você é insubstituível**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Vozes, 1978.

FORMAN, E.; McPHAIL, J. Vygotskian perspective on children's collaborative problem-solving activities. In: FORMAN, E.; MINICK, N.; ADDISON-STONE, C. (Ed.). **Contexts for Learning: sociocultural dynamics in children's development**. New York: Oxford University Press, 1993.

FREINET. **Pedagogia do bom senso**. São Paulo: Martins Fontes, 1996

_____. **Para uma escola do povo**: guia prático para a organização material, técnica e pedagógica da escola popular. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. - 2014.

_____. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. Autores Associados. São Paulo Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia do Oprimido**, 1987.

_____. **Educação como prática de liberdade**. 24 ed. Rio de Janeiro: Paz

e Terra, 2000.

FREITAS, M. T. de A. Nos textos de Bakhtin e Vygotsky: um encontro possível. In: BRAIT, B. **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOLEMAN, D. **Inteligência social: o poder das relações humanas**. Rio de Janeiro: Elsevier: 2011.

GOLEMAN, Daniel. **Foco: A atenção e seu papel fundamental para o sucesso**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

HAPPECK, Lucineia H. **Construindo Autonomia num Ambiente Cooperativo: Estações de Aprendizagem e a Coletividade dos Saberes**, Trabalho de Conclusão de Curso, PEAD/UFRGS, 2019.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T. **Learning together and alone: Cooperative, competitive, and individualistic learning**. Allyn & Bacon. 1994.

LA TAILLE, Yves Marie Rodolphe de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Didática**, ed. Cortez. São Paulo, 2006.

LOPES, José e SILVA, Helena S. **A aprendizagem cooperativa na sala de aula – um guia prático para o professor**. Lisboa: Lidel - Edições Técnicas, 2009.

MORENO, C. I. **Educar em valores**. 3.ed. São Paulo: Editora Paulinas, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NÓVOA, António. **Aprendizagem precisa considerar o sentir**. [Entrevista concedida a] Luciana Alvarez. Revista Educação. Jun. 2021. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/06/25/antonio-novoa-aprendizagem-sentir/>. Acesso em 30 jun. 2023.

NUNES, Denise Bacellar. **Compreendendo os conceitos de empatia a partir de uma experiência pragmática em Competência em Informação (Coinfo): o Programa Jovens Talentos para a ciência da Universidade de Brasília – Unb**. 2018. Disponível em: <http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/view/File/306/29>. Acesso em 04 jul. 2023.

ORLICK, Terry. **Vencendo a competição**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

PARO, V. H. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 1997.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Fortaleza, 2003

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

PIAGET, Jean (1932). **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

_____. **A psicologia da inteligência**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Edição Digital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Seis estudos de psicologia**. Tradução: Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva - 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

PIMENTA, S.G. **Didática e Formação de Professores: Percursos e Perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2012.

PUIG, Josep M. et al.. **Democracia e Participação Escolar: Propostas de Atividades**. São Paulo: Moderna, 2000.

PUIG, J. M. **Assembleia de Classe: Uma Escola Mais Democrática**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

REIS, Risolene Pereira. In. Mundo Jovem, nº. 373. Fev. 2007, p. 6.

ROGERS, C. R. **Liberdade para Aprender: A experiência centrada no aluno**. Editora Merrill Pub Co. 1977.

SASTRE, G.; MORENO, M. **Resolução de conflitos e aprendizagem emocional**. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

SLAVIN, R. E. **Aprendizagem cooperativa: Teoria, pesquisa e prática**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

SOLER, Reinaldo. **Jogos cooperativos para a educação infantil**. 2. ed. Rio de Janeiro. Sprint, 2006.

SOLER, Reinaldo. **Jogos cooperativos**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2011.

VINHA, T. P. TOGNETTA, R.P. Construindo a Autonomia Moral na Escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-540, set./dez. 2009.

VINHA, T. P. **O educador e a moralidade infantil**: uma visão construtivista. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

VASCONCELOS, M. L. M. C; BRITO, R. H. P. **Conceitos de Educação em Paulo Freire**: Glossário. Rio de Janeiro: Vozes Ltda., 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

vídeos

Bisnagas Flix Oficial. Um mundo melhor. You Tube, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AjLXtcCZBBM>

GIMENEZ, Antônio Mendes. Jogos cooperativos IV, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m_NqiguBr-c

MELANCIA, Joel Alexandre Seabra. Sou a escola do livro 100% músic@. YouTube, 21 mar 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bj4A5U-dVr0>

2M Gestão & Treinamentos em Segurança do Trabalho. Motivação, empatia e ajuda. YouTube, 01 ago 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uT-imeXP3ZI>

Cooperação em ação. Confiança. YouTube, 11 set. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/5PAaTqRxgPw>

Conampe. A importância do trabalho em equipe. YouTube, 31 maio 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uR4DE_4GV7o

APÊNDICE – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Idade: _____

Área de formação profissional: _____

Tempo de atuação na educação: _____

Tempo de atuação na UE: _____

1) Quais atividades, práticas conseguem desenvolver com seus estudantes

a) atividades em grupos. Qual frequência? diária semanal
 quinzenal mensal esporadicamente

b) jogos. Quais? _____ Com que
 frequência? diária semanal quinzenal mensal
 esporadicamente

c) assembleia de classe. Qual frequência? diária semanal
 quinzenal mensal esporadicamente

2) Como costuma resolver os problemas de conflito em sala de aula?

fala com os envolvidos em particular

fala, ouvi e refletem sobre o ocorrido

expõe a situação para toda a classe

deixa que eles se resolvam

outro _____

3) Quais as atividades, práticas que dificultam o ambiente cooperativo em sala de aula?

4) Cite condições que considera importantes para promover um ambiente cooperativo na sala de aula?

permite que os estudantes se ajudem para realizar atividades em aula

brincadeiras que um precisa do auxílio do outro

trabalha a importância de valores essenciais para a vida em grupo. De que forma? _____

outro _____

5) De que forma os professores do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública da Baixada Santista – SP possibilitam ou não um ambiente cooperativo em sala de aula?

Você identifica quais práticas que contribuem e as que não contribuem para um ambiente cooperativo? Cite exemplo.

ANEXO A - TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL



UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL (TAI)

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “AMBIENTE COOPERATIVO NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA BAIXADA SANTISTA –SP – PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES”, sob a coordenação e a responsabilidade do(a) pesquisador(a) Prof(a). Janaína Bezerra Pereira, e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de ____/____/____ a ____/____/____, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Praia Grande, _____ de _____ de 2022.

Nome – cargo/função
(carimbo)

*Em instituição de pleno direito o Termo de Anuência deve ser expedido pela própria instituição anuente, em seu papel timbrado e com a assinatura do maior gestor ou gestor com autoridade para tal, incluindo o período de autorização de realização.

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS****CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****AMBIENTE COOPERATIVO NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA
ESCOLA PÚBLICA DE PRAIA GRANDE –SP – PERSPECTIVAS E
POSSIBILIDADES****Número do CAAE: 65414222.0.0000.5509**

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa cujo título é Ambiente Cooperativo nas Escolas de Ensino Fundamental I no Município de Praia Grande - SP. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

O ambiente cooperativo contribui não só para o ambiente escolar, mas para toda uma vida fora dos muros escolares, pois para uma vida saudável em sociedade.

O objetivo é discutir quais práticas pedagógicas do professor do 5º ano do Ensino Fundamental que favorecem um ambiente cooperativo em sala de aula.

Procedimentos:

Na sua participação você responderá uma entrevista que se permitir será gravada

Desconfortos e riscos:

O risco nesta pesquisa poderá ser considerado mínimo, no sentido de você se sentir cansado no momento em que estiver respondendo a entrevista, poderá parar e combinar com o pesquisador/entrevistador o retorno. Compreenderemos caso queira deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Benefícios:

A sua participação contribuirá para a construção do conhecimento científico e futuramente para elaboração de um produto educacional sobre cooperação em sala de aula.

Acompanhamento e assistência:

A qualquer momento, antes, durante ou até o término da pesquisa, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida sobre a pesquisa.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa, e que poderão ser apresentados em eventos de natureza científica e/ou publicados, sem revelar a identidade dos participantes

Ressarcimento e Indenização:

Caso esta pesquisa cause, comprovadamente, qualquer custo ou dano, procure o pesquisador responsável a fim de ressarcimento ou possível indenização.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, se precisar consultar esse registro de consentimento ou quaisquer outras questões, você poderá entrar em contato com os pesquisadores:

Nome do pesquisado responsável:

Endereço:

E-mail:

Nome do discente pesquisador:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos (das 08h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h) na Avenida Conselheiro Nébias, 536 - 2. andar. Santos- SP. E-mail: cpq@unimes.br

Consentimento Livre e Esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que este estudo pode acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante: _____

_____ Data: ____/____/____.

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

_____. Data: ____/____/____.

(Assinatura do pesquisador)